



BMEP

Boletim Mensal de Economia Portuguesa

N.º 8 | Agosto 2010



Gabinete de Estratégia e Estudos

Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento

GPEAR I

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação,
e Relações Internacionais

Ministério das Finanças e da Administração Pública

Ficha Técnica

Título: Boletim Mensal de Economia Portuguesa

Data: Agosto de 2010

Elaborado com informação disponível até ao dia 20 de Agosto.

Editores

Gabinete de Estratégia e Estudos

Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento

Avenida da República, 79

1050-243 Lisboa

Telefone: +351 21 7998158

Fax: +351 21 7998154

URL: <http://www.gee.min-economia.pt>

E-Mail: gee@gee.min-economia.pt

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

Ministério das Finanças e da Administração Pública

Av^a Infante D. Henrique n.º. 1 – 1.º.

1100 – 278 Lisboa

Telefone: +351 21 8823396

Fax: +351 21 8823399

URL: <http://www.gpeari.min-financas.pt>

E-Mail: bmep@gpeari.min-financas.pt

ISSN: 1646-9062

Índice

Conjuntura	5
Sumário	7
1. Enquadramento Internacional	9
2. Conjuntura Nacional	12
3. Comércio Internacional	23
Destaques	29
Evolução Recente das Exportações Portuguesas	31
Iniciativas e Medidas Legislativas	37
Abreviaturas Utilizadas	43

Conjuntura

Sumário

Enquadramento Internacional

- * A economia mundial reforçou o seu crescimento no 2.º trimestre de 2010, situação para a qual contribuiu sobretudo a forte recuperação do PIB da União Europeia, tendo sido particularmente significativa na Alemanha e no Reino Unido. Paralelamente, os mercados financeiros internacionais evoluíram favoravelmente durante o mês de Julho, influenciados, em parte, pelos resultados positivos obtidos nos testes de resistência à banca europeia; à menor preocupação quanto à situação da dívida soberana na área do euro e à divulgação de indicadores favoráveis das empresas relativos ao 2.º trimestre.
- * Nos EUA, o PIB registou um aumento de 3,2% em termos homólogos reais no 2.º trimestre de 2010 (2,4% no 1.º trimestre), impulsionado pela melhoria de todas as componentes, com destaque para o fortalecimento da procura interna, especialmente do investimento privado. Em Julho, os indicadores de confiança dos empresários e consumidores diminuíram e a produção industrial apresentou uma ligeira desaceleração. Neste mês, a taxa de desemprego manteve-se em 9,5% e a taxa de inflação homóloga aumentou para 1,2% (1,1% em Junho).
- * No 2.º trimestre, o PIB da União Europeia (UE) e da área do euro (AE) apresentou um aumento de 1,7% em termos homólogos reais (0,5% e 0,6%, respectivamente, no 1.º trimestre). O indicador de sentimento económico da União Europeia (UE) e da Área do Euro (AE) continuou a melhorar em Julho, com destaque para o aumento da confiança dos empresários do comércio a retalho para a UE e dos consumidores para a AE. Em Junho, a taxa de desemprego manteve-se em 10% na AE e em 9,6% na UE e a taxa de inflação homóloga da AE, aumentou para 1,7% em Julho (1,4% em Junho), em resultado da maior aceleração dos preços de energia e dos produtos alimentares.
- * As taxas de juro a 3 meses continuaram a aumentar ligeiramente em Julho e Agosto na área do euro, enquanto as dos EUA desceram até 19 de Agosto, pelo 2.º mês consecutivo. As taxas de juro de longo prazo diminuíram em Julho nos EUA, atingindo o valor mais baixo desde Maio de 2009, em parte, devido à incerteza relacionada com a dimensão da desaceleração económica mundial prevista para o 2.º semestre do ano.
- * O preço spot do petróleo *Brent* subiu em Agosto, tendo a média do preço do *Brent*, até ao dia 19, apresentado o valor de 79 USD/bbl (60€/bbl).

Conjuntura Nacional

- * De acordo com as estimativas rápidas do INE, o PIB registou um crescimento homólogo real de 1,4% no 2.º trimestre de 2010, representando um crescimento de 0,2% face ao trimestre precedente.
- * O indicador de clima económico aumentou 0,4 p.p. face ao 1.º trimestre, atingindo no mês de Julho o valor mais elevado desde o 3.º trimestre de 2008.
- * A informação disponível até Julho, sugere ainda a estabilização do consumo privado e uma melhoria do investimento.
- * Em Julho, a taxa de inflação homóloga foi de 1,8%, mais 0,6p.p. do que no mês anterior, situando-se 0,2p.p. acima do verificado na área do euro.
- * A taxa de desemprego foi de 10,6% no 2.º trimestre de 2010, estabilizando face ao trimestre anterior.
- * Até Julho, o valor provisório para o défice global do Estado, na óptica da contabilidade pública, foi de 8903 milhões de euros, o que representa um agravamento de 347 milhões de euros face ao período homólogo. O excedente da execução orçamental da Segurança Social, na óptica da contabilidade pública, foi de 474 milhões de euros, representando um aumento de 9,4 milhões de euros face ao mesmo período de 2009. Os Serviços e Fundos Autónomos registaram um

excedente na execução orçamental de 1263 milhões de euros, o que constitui uma melhoria de 300,5 milhões de euros face a igual período do ano anterior.

- * No 1º semestre, a Administração Local, e considerando o universo comparável, registou um saldo provisório da execução orçamental de 182,4 milhões de euros, reflectindo uma melhoria de 169 milhões de euros relativamente ao mesmo período de 2009. A Administração Regional apresentou um défice orçamental de 81,2 milhões de euros, que corresponde a uma redução de 14 milhões de euros face ao período homólogo.

Comércio Internacional

Em Junho de 2010, o Instituto Nacional de Estatística (INE) divulgou uma nova série de dados do Comércio Internacional para o período 1993-2009. Esta nova série resultou de um processo de revisão da metodologia de cálculo que reflectiu a necessidade de garantir a comparabilidade e a coerência com outras fontes de informação, permitindo a obtenção de resultados com maior robustez e precisão.

As estimativas divulgadas pelo INE para o total do Comércio Internacional incluem, no caso do Comércio Intracomunitário, estimativas para as empresas que estão abaixo do limiar de assimilação e para as não-respostas.

A entrada em vigor da Informação Empresarial Simplificada (IES), em 2007, veio enriquecer o estudo comparativo dos dados do Comércio Internacional já existente desde 2006 (período de referência dos dados). A IES, juntamente com a informação do IVA, constitui uma fonte importante de informação de aferição da qualidade das estatísticas do Comércio Internacional.

- * De acordo com a **estimativa rápida do comércio internacional** para o mês de Junho de 2010¹, o défice (Fob-Cif) da balança comercial (Intra e Extra UE) cresceu, em termos homólogos, 3,3% no período de Janeiro a Junho. A taxa de cobertura das exportações face às importações cresceu 2,5 p.p. (pontos percentuais) face ao mesmo período em 2009, com as saídas a crescerem a uma taxa superior à das entradas: 15,1% e 10,6%, respectivamente.
- * A estimativa rápida do comércio internacional para o mês de Junho acompanha os resultados divulgados para o período de *Janeiro a Maio de 2010*. Estes apontam para uma variação homóloga positiva de 15,4% das saídas e de 10,1% das entradas. Este comportamento levou a um agravamento de 1,3% do saldo da balança comercial. No entanto, os resultados obtidos permitiram aumentar o grau de cobertura das entradas para 65,3% (fob/cif).
- * A análise das saídas por mercados de destino permite observar que as expedições para o *mercado comunitário* cresceram 14,1% no período de Janeiro a Maio, com as expedições para países da UE-15 a aumentar 13,6% e as expedições para os países do Alargamento 27,8%. As *exportações para os Países Terceiros* aumentaram 19,6%.
- * A mesma análise por países de destino destaca, nas *saídas para o mercado comunitário (expedições)*, os Países Baixos (+32,4%), a Bélgica (+27,2%), a Espanha (+16,8%), o Reino Unido (+16,1%) e a Polónia (23,5%). As expedições de mercadorias para a Alemanha e para a França cresceram, em termos homólogos, 7,9% e 9,4%, respectivamente. No que se refere às *saídas para os países terceiros (exportações)*, devem destacar-se as taxas de crescimento homólogo de países como o México (143,8%), Turquia (93,8%), Brasil (75,8%) e EUA (40,7%).
- * No período de Janeiro a Maio de 2010, e de acordo com as estatísticas da Balança de Pagamentos, as “exportações” de bens e serviços cresceram, em termos homólogos, 11%, com as exportações de bens a crescer a uma taxa superior à dos serviços (14,8% e 3,2%, respectivamente).

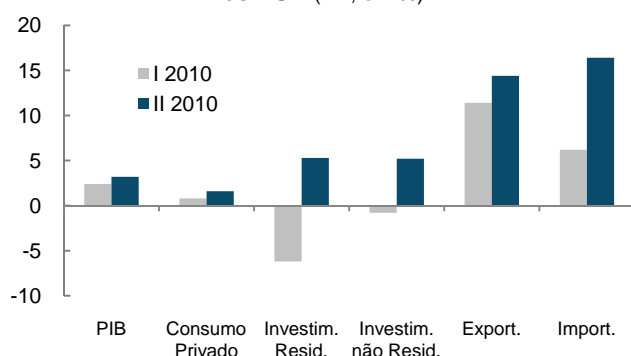
¹ Inclui estimativa rápida para o comércio intracomunitário para o mês de Junho. A estimativa rápida do mês tem como objectivo determinar uma primeira estimativa para as Entradas e Saídas do Comércio Intra e Extra UE.

1. Enquadramento Internacional

Actividade Económica Extra-UE

Após um reforço do crescimento do PIB para o conjunto da OCDE durante o 2.º trimestre, especialmente significativo para a União Europeia, os indicadores disponíveis para o início do 3.º trimestre indiciam algum abrandamento da actividade económica. A taxa de inflação acelerou tanto na generalidade das economias avançadas como nos países emergentes. Nos **EUA**, o PIB aumentou 3,2% em termos homólogos reais no 2.º trimestre, em resultado sobretudo da recuperação do investimento privado. Apesar do reforço das exportações, o contributo das exportações líquidas diminuiu, tornando-se negativo (facto que não sucedia desde o 3.º trimestre de 2006).

Figura 1.1. PIB e Componentes da Despesa em Volume nos EUA (VH, em %)



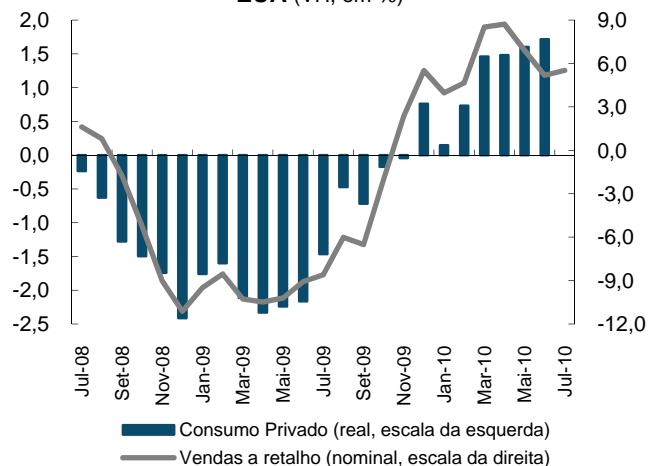
Fonte: Bureau of Economic Analysis.

Em Julho de 2010, todos os indicadores de confiança e a generalidade dos indicadores quantitativos abrandaram, mantendo, no entanto, um crescimento forte. Assim, em termos homólogos:

- a produção industrial desacelerou para 7,7% (8,2% em Junho);
- as vendas a retalho aumentaram 5,5% em termos nominais (5,2% em Junho), embora no trimestre terminado nesse mês tivesse registado um abrandamento.

Também em Julho a taxa de desemprego manteve-se em 9,5% e a taxa de inflação homóloga aumentou ligeiramente para 1,2% (1,1% em Junho).

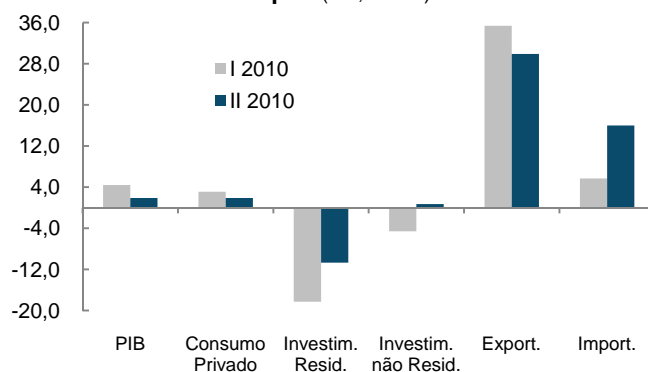
Figura 1.2. Consumo Privado e Vendas a Retalho dos EUA (VH, em %)



Fonte: Bureau of Economic Analysis.

No 2.º trimestre de 2010, o PIB do **Japão** abrandou para 1,9% em termos homólogos reais (4,4% no 1.º trimestre) devido sobretudo à forte aceleração das importações, a qual acompanhou a melhoria significativa registada no investimento privado. Igualmente, a desaceleração das exportações também levou a que o contributo das exportações líquidas diminuísse, embora continuasse positivo.

Figura 1.3. PIB e Componentes da Despesa em Volume no Japão (VH, em %)



Fonte: Instituto de Estatística do Japão.

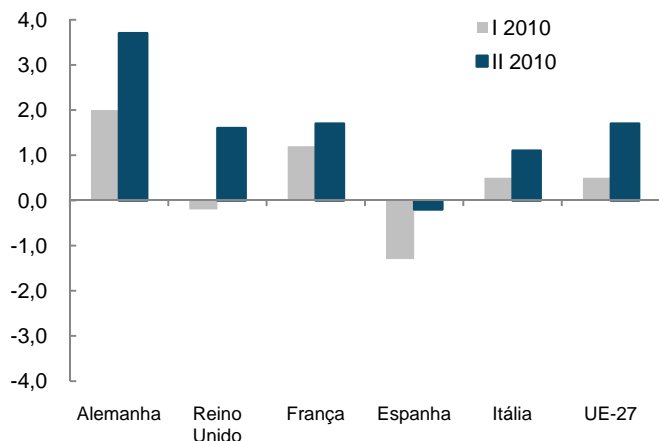
Quadro 1.1. Indicadores de Actividade Económica Extra-EU

Indicador	Unidade	Fonte	2009	2009			2010		2010			
				2T	3T	4T	1T	2T	Abr	Mai	Jun	Jul
EUA – PIB real	VH	BEA	-2,6	-4,1	-2,7	0,2	2,4	3,2	-	-	-	-
Índice de Produção Industrial	VH	BGFRS	-9,3	-12,7	-8,6	-3,8	2,7	7,2	5,6	7,9	8,2	7,7
Índice ISM da Indústria Transformadora	%	ISM	46,2	43,0	51,4	54,6	58,2	58,8	60,4	59,7	56,2	55,5
Índice ISM dos Serviços	%	"	48,0	46,0	50,4	52,3	55,7	59,8	60,3	61,1	58,1	57,4
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE	Michigan	66,3	68,2	68,4	70,2	73,9	73,9	72,2	73,6	76,0	67,8
Taxa de Desemprego	%	BLS	9,3	9,3	9,6	10,0	9,7	9,7	9,9	9,7	9,5	9,5
China – PIB real	VH	NBSC	9,1	7,9	9,1	10,7	11,9	11,1	-	-	-	-
Exportações	VH	MC	-16,0	-23,5	-20,5	0,9	30,3	41,0	30,5	48,5	43,9	38,1
Japão – PIB real	VH	COGJ	-5,2	-5,9	-4,9	-1,3	4,4	1,9	-	-	-	-

Actividade Económica da UE

No 2.º trimestre de 2010, o PIB da União Europeia (UE) e da área do euro (AE) acelerou, tendo registado um crescimento de 1,7% em termos homólogos reais (0,5% e 0,6% no 1.º trimestre, respectivamente) em resultado sobretudo da melhoria acentuada das economias alemã e inglesa.

Figura 1.4. PIB da União Europeia
(VH real, em %)



Fonte: Eurostat.

De facto, para a área do euro, no 2.º trimestre e, em termos homólogos:

a produção industrial subiu para 9,2% (4,8% no 1.º trimestre);

- as exportações aumentaram 21,8% em termos nominais (12% no 1.º trimestre);
- as vendas a retalho estabilizaram, tendo aumentado 0,1% em termos reais (0,3% no 1.º trimestre).

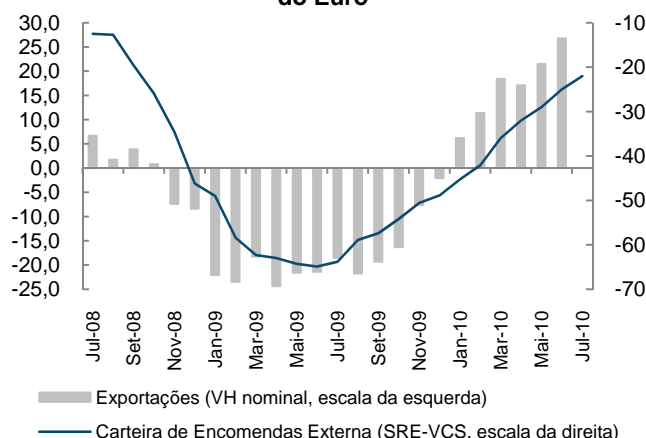
Em Julho de 2010, o indicador de sentimento económico subiu tanto na UE como na AE, para o qual contribuiu a melhoria da generalidade dos indicadores de confiança, tendo sido, porém, mais acentuada para os empresários do comércio a retalho na UE e para os consumidores na AE.

Relativamente à taxa de utilização da capacidade produtiva da indústria transformadora da área do euro, é de salientar a continuação da sua subida, pela 4ª vez consecutiva em Julho, para 77,4% (69,6% em Julho de 2009).

Quadro 1.2. Indicadores de Actividade Económica da UE

Indicador	Unidade	Fonte	2009	2009			2010		2010			
				2T	3T	4T	1T	2T	Abr	Mai	Jun	Jul
União Europeia (UE-27) – PIB real	VH	Eurostat	-4,2	-5,1	-4,3	-2,3	0,5	1,7	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	79,9	74,2	84,3	92,2	98,2	100,8	101,9	100,2	100,3	102,2
Área do Euro (AE-16) – PIB real	VH	Eurostat	-4,1	-4,9	-4,1	-2,1	0,6	1,7	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	80,8	75,6	84,1	91,9	96,6	99,3	100,6	98,4	99,0	101,3
Índice de Produção Industrial	VH	Eurostat	-14,9	-18,6	-14,7	-7,3	4,8	9,2	9,6	9,7	8,3	:
Índice de Vendas a Retalho	VH real	"	-2,3	-2,6	-2,4	-1,1	0,3	0,1	-0,6	0,5	0,4	:
Taxa de Desemprego	%	"	9,4	9,3	9,7	9,8	9,9	10,0	10,0	10,0	10,0	:
IHPC	VH	"	0,3	0,2	-0,4	0,4	1,1	1,5	1,5	1,6	1,4	1,7

Figura 1.5. Exportações e Encomendas Externas da Área do Euro

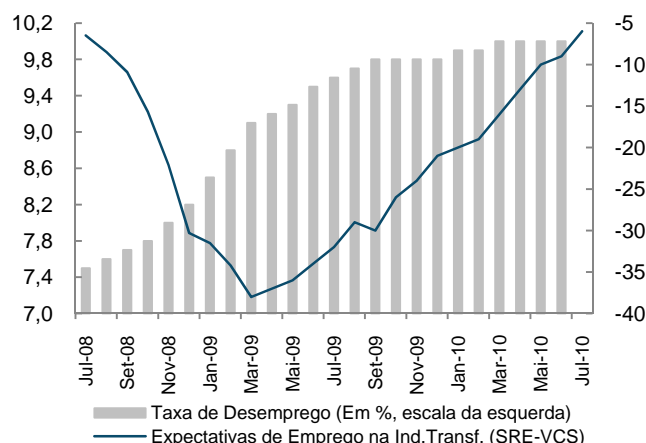


Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Em Junho de 2010, a taxa de desemprego continuou estável em 10% na AE e em 9,6% na UE, mantendo-se nesta situação desde Março e Fevereiro, respectivamente.

Em Julho de 2010, as expectativas dos empresários quanto à criação de emprego melhoraram para a indústria transformadora e para os restantes sectores.

Figura 1.6. Taxa de Desemprego e Expectativas de Emprego na Indústria da Área do Euro



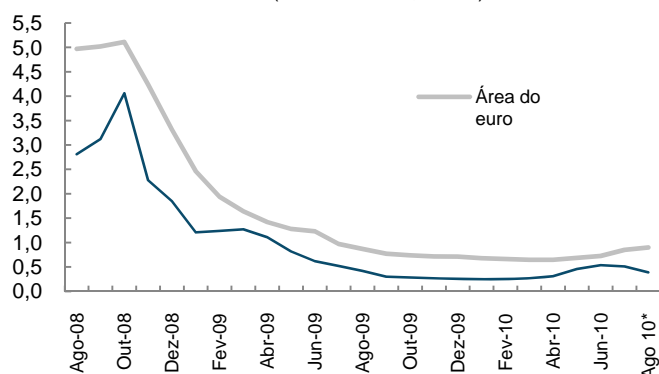
Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Em Julho de 2010, a taxa de inflação homóloga da área do euro aumentou para 1,7% (1,4% em Junho), devido à maior aceleração dos preços de energia e dos produtos alimentares. A taxa de inflação homóloga, excluindo os preços dos produtos energéticos e alimentares não transformados também subiu para 1% (0,9% em Junho).

Mercados Financeiros e Matérias-Primas

As taxas de juro de curto prazo continuaram a aumentar ligeiramente na área do euro, enquanto diminuíram nos EUA. Em Agosto, em média até ao dia 19, as taxas subiram na área do euro para 0,90% (0,85% no mês de Julho) e desceram para 0,39% nos EUA (0,51% em Julho).

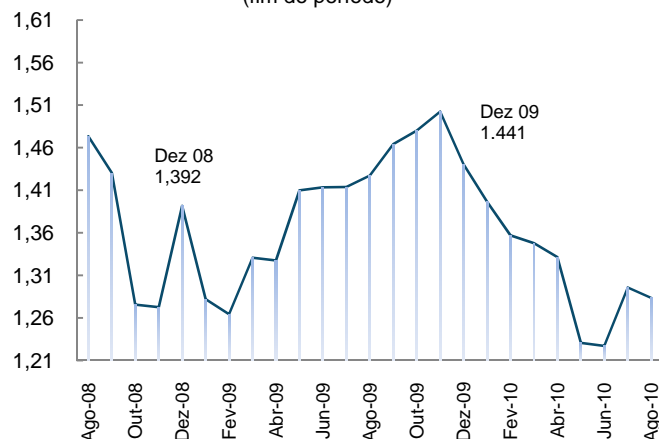
Figura 1.7. Taxa de Juro a 3 Meses do Mercado Monetário (Média mensal, em %)



Fontes: BCE; IGCP. * Média até ao dia 19.

Em Julho de 2010, as taxas de juro de longo prazo continuaram a diminuir nos EUA, atingindo o valor mais baixo desde Maio de 2009, demonstrando a existência de receios por parte dos investidores quanto à dimensão da desaceleração económica mundial prevista para o 2.º semestre do ano em curso. Em relação à área do euro, as taxas de juro de longo prazo mantiveram o mesmo nível do mês de Junho.

Figura 1.8. Taxa de Câmbio do Euro face ao Dólar (fim do período)



Fonte: Banco de Portugal. Para Agosto, o valor é do dia 19.

Quadro 1.3. Indicadores Monetários e Financeiros Internacionais

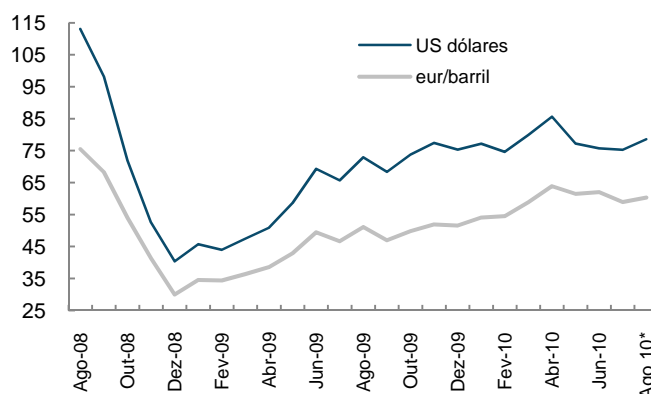
Indicador	Unidade	Fonte	2009	2009			2010		2010			
				2T	3T	4T	1T	2T	Abr	Mai	Jun	Jul
Taxa Euribor a 3 meses*	%	BP	0,70	1,10	0,75	0,70	0,63	0,77	0,66	0,70	0,77	0,90
Yield OT 10 anos – EUA**	%	Eurostat	3,25	3,31	3,50	3,45	3,72	3,49	3,85	3,42	3,20	3,01
Yield OT 10 anos – Área do euro**	%	"	3,84	3,98	3,79	3,68	3,71	3,61	3,69	3,54	3,61	3,61
Taxa de Câmbio*	Eur/USD	BP	1,441	1,413	1,464	1,441	1,348	1,227	1,332	1,231	1,227	1,303
Dow Jones*	VC	Yahoo	18,8	11,0	15,0	7,4	4,1	-10,0	1,4	-7,9	-3,6	7,1
DJ Euro Stoxx50*	VC	"	21,1	16,0	19,6	3,2	-1,1	-12,2	-3,9	-7,3	-1,4	6,6
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	USD/bbl	DGEG	62,45	59,58	69,00	75,51	77,22	79,53	85,64	77,22	75,74	75,25
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	VH	"	-35,2	-50,0	-39,9	37,5	68,9	33,5	68,4	31,8	9,3	14,5
Spot do Petróleo Brent em euros/bbl**	VH	DGEG e BP	-30,7	-42,8	-36,6	22,4	59,0	43,1	65,7	43,2	25,5	26,4
Preço Relativo do Petróleo em euros***	1979=100	GEE	45,4	43,1	49,1	50,1	56,2	61,5	60,9	63,2	60,5	62,5

* Fim de período; ** Valores médios; *** Preço Relativo do Petróleo é o rácio entre o preço de importação de ramas de petróleo bruto em euros e o deflador do PIB em Portugal (sempre que não haja deflador, utiliza-se o último deflador conhecido). Nota: O preço do Petróleo Brent em 2009 e 2010 corresponde à média diária do IGCP.

Em Julho, assistiu-se a uma forte apreciação do euro face ao dólar, tendência que se prolongou até meados de Agosto, tendo atingido no dia 9 (1,33) o valor mais elevado desde finais de Abril. Para esta evolução contribuiu, em parte, a divulgação de indicadores económicos favoráveis para a área do euro. Porém, a partir dessa data, o euro tem vindo a depreciar-se, situando-se, em 1,28 no dia 19 (-1,5% face ao final do mês de Julho).

Em Julho de 2010, o índice de preços relativo do petróleo importado subiu para 62,5 (por memória atingiu o valor de 100 durante a crise petrolífera de 1979). Em Agosto, e até dia 19, o preço do petróleo Brent subiu para se situar, em média, em 79 USD/bbl (60 €/bbl), reflectindo, em parte, o aumento da procura prevista, sobretudo de países não pertencentes à OCDE.

Figura 1.9. Preço médio Spot do Petróleo Brent (em USD e euros)



Fontes: DGEG, IGCP e BP. * Média dos dias 1 a 19.

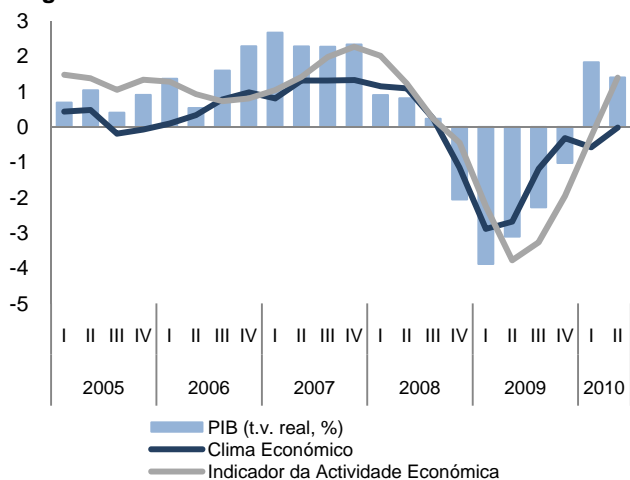
Em Julho, o preço das matérias-primas não energéticas acelerou para 14,9% em termos homólogos (10,7% em Junho), devido à aceleração dos preços dos produtos alimentares (especialmente do trigo) e dos metais (com destaque para o cobre e chumbo).

2. Conjuntura Nacional

Actividade Económica e Oferta

No 2.º trimestre de 2010, a estimativa rápida do INE aponta para um crescimento real do PIB de 1,4% em termos homólogos e de 0,2% face ao trimestre precedente. O indicador de clima económico aumentou 0,4 p.p. face ao 1.º trimestre, atingindo no mês de Julho o valor mais elevado desde o 3.º trimestre de 2008. Também o indicador de actividade económica continuou a crescer, à semelhança do que tem vindo a verificar-se nos últimos trimestres, passando a ter uma variação positiva (1,4% no 2.º trimestre face a -0,3% no 1.º trimestre).

Figura 2.1. PIB e Indicadores de Síntese Económica



Fontes: INE.

Os dados quantitativos disponíveis relativos ao 2.º trimestre, indicam que:

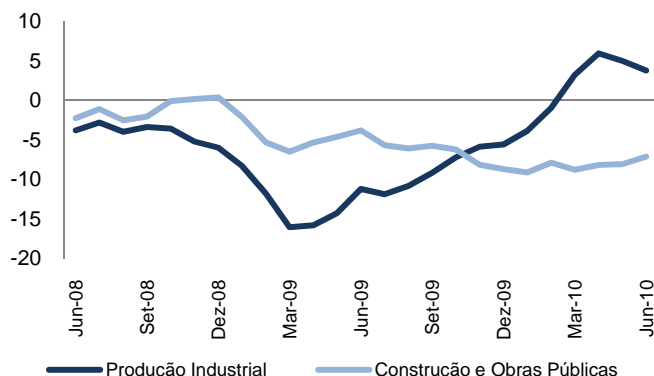
- na indústria transformadora, os índices de produção e de volume de negócios cresceram 2,3% e 10,8%, respectivamente (4,6 % e 10,7% no trimestre anterior);
- o índice de produção na construção e obras públicas diminuiu 7,6% (-8,2% no trimestre precedente);
- os índices de volume de negócios nos serviços e no comércio a retalho registaram crescimentos de 5%, e de 0,1%, respectivamente (1,4% e 0,1% no trimestre anterior).

Quadro 2.1. Indicadores de Actividade Económica e Oferta

Indicador	Unidade	Fonte	2009	2009			2010		2010			
				2T	3T	4T	1T	2T	Abr	Mai	Jun	Jul
PIB – CN Trimestrais	VH Real	INE	-2,6	-3,1	-2,3	-1,0	1,8	1,4	:	:	:	:
Indicador de Clima Económico	SRE-VE	"	-1,8	-2,7	-1,2	-0,3	-0,6	0,0	-0,2	0,0	0,1	0,1
Indicador de Confiança da Indústria	SRE-VCS	"	-24	-29	-20	-17	-14	-13	-11	-13	-13	-10
Indicador de Confiança do Comércio	"	"	-13	-17	-9	-7	-4	-2	-2	-3	-2	-3
Indicador de Confiança dos Serviços	"	"	-17	-23	-13	-10	-7	-9	-7	-9	-10	-6
Indicador de Confiança da Construção	"	"	-36	-35	-35	-35	-40	-41	-43	-42	-39	-39
Índice de Produção Industrial – Ind. Transf.	VH	"	-9,9	-11,9	-7,2	-3,9	4,6	2,3	0,4	1,9	4,5	:
Índice de Volume de Negócios – Ind. Transf.	"	"	-17,9	-22,0	-18,1	-6,7	10,7	10,8	9,9	12,6	9,9	:
Índice de Volume de Negócios - Serviços	"	"	-11,8	-15,5	-10,6	-7,1	1,4	5,0	2,1	5,6	7,2	:

Figura 2.2. Índices de Produção

(MM3, VH, %)

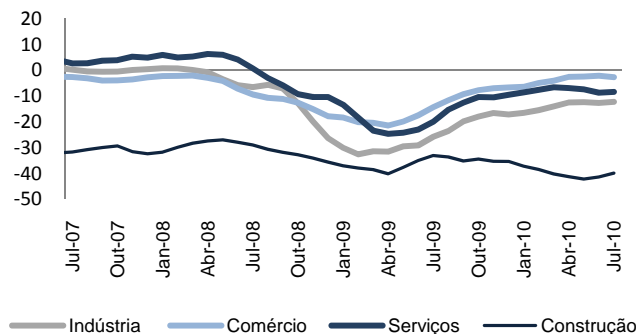


Fonte: INE.

No mês de Julho registou-se uma melhoria de todos os indicadores de confiança, com excepção do comércio onde se assistiu a uma ligeira diminuição.

Figura 2.3. Indicadores de Confiança

(SRE, MM3)



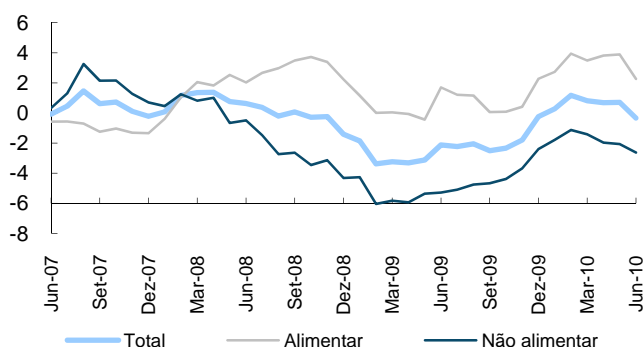
Fonte: INE.

Consumo Privado

No final do 2.º trimestre o índice de volume de negócios no comércio a retalho (IVNCR) apresentou em termos homólogos um decréscimo de 0,3%, contrastando com o crescimento de 0,8% registado no 1.º trimestre.

Esta evolução deveu-se ao decréscimo de 2,6, 1,2 p.p. superior ao verificado no 1.º trimestre, na categoria de bens não alimentares, conjugado com um crescimento de 2,3, 1,2 p.p. abaixo do observado no 1.º trimestre, na categoria dos bens alimentares.

Figura 2.4. Índice do Volume de Negócios no Comércio a Retalho (MM3, VH)

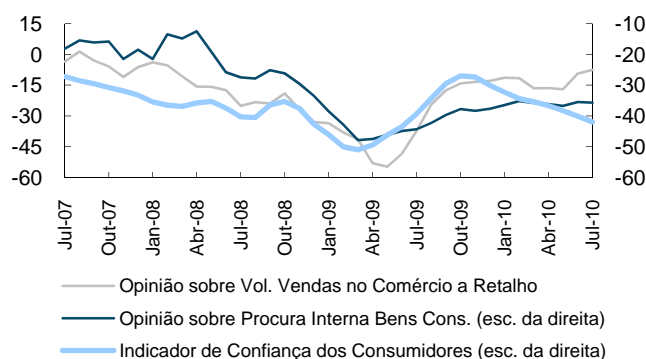


Fonte: INE.

Mantém-se a tendência de melhoria, que se tem verificado ao longo de 2010 na opinião dos empresários em relação à avaliação do nível de actividade no sector do comércio a retalho e do comportamento da procura interna por bens de consumo produzidos pela indústria.

Já no que concerne o índice de confiança dos consumidores, apesar da ligeira melhoria no mês de Julho, em termos de médias móveis de três meses, constata-se a continuação da degradação deste indicador.

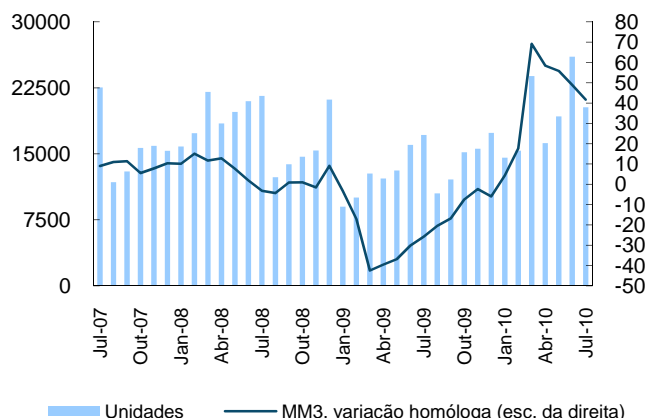
Figura 2.5. Opiniões dos Empresários e Confiança dos Consumidores (SRE-VE, MM3)



Fonte: INE.

Em Julho foram vendidos mais de 20 mil veículos ligeiros de passageiros, verificando-se um crescimento de 18,3% em termos homólogos. Como seria expectável devido ao aumento do IVA, observou-se uma desaceleração face aos meses anteriores, mantendo-se, no entanto, um crescimento elevado.

Figura 2.6. Venda de Automóveis Ligeiros de Passageiros



Fonte: ACAP

Quadro 2.2. Indicadores de Consumo Privado

Indicador	Unidade	Fonte	2009	2009			2010		2010			
				2T	3T	4T	1T	2T	Abr	Mai	Jun	Jul
Consumo Privado - CN Trimestrais	VH real	INE	-10	-13	-12	0,2	2,7	-	-	-	-	-
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE-VE	"	-39	-43	-29	-30	-35	-40	-36	-42	-43	-42
Volume de Vendas no Comércio a Retalho	VH	"	-30	-48	-18	-13	-17	-9	-9	-15	-4	-4
Índice de Vol. Negócios no Comércio a Retalho*	VH	"	-2,0	-2,1	-2,5	-0,2	0,8	-0,3	-0,2	0,8	-1,6	-
Bens alimentares	VH	"	1,0	1,7	0,1	2,3	3,5	2,3	2,5	4,0	0,3	-
Bens não alimentares	VH	"	-4,6	-5,3	-4,7	-2,4	-1,4	-2,6	-2,6	-2,0	-3,3	-
Vendas de Automóveis Ligeiros de Passageiros**	VH	ACAP	-24,5	-30,2	-16,7	-6,0	69,1	48,9	33,1	46,8	62,6	18,3
Importações de bens de consumo***	VH	INE	0,3	-1,8	1,7	1,3	-0,7	-	4,5	6,9	-	-

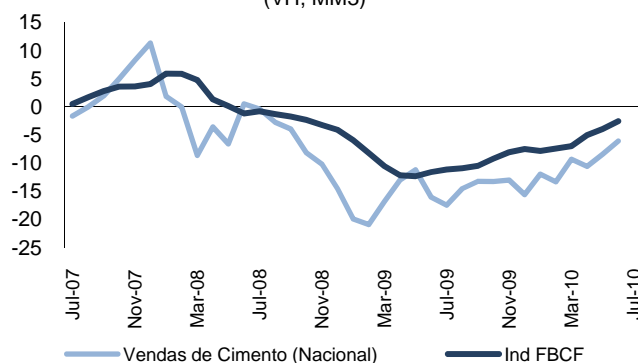
* Índices deflacionados, corrigidos de sazonalidade e de dias úteis; ** Inclui veículos Todo-o-Terreno e Monovolumes com mais de 2300Kg; *** Exclui material de transporte.

Investimento

No trimestre terminado em Julho, os dados disponíveis sugerem a continuação da recuperação do investimento, ainda que se mantenha em terreno negativo, influenciada pela variação menos negativa da componente de construção e pela variação positiva do material de transporte. Neste período e em termos homólogos, verifica-se que:

- as vendas de cimento caíram 4,6% (-6,1% no 1.º trimestre);

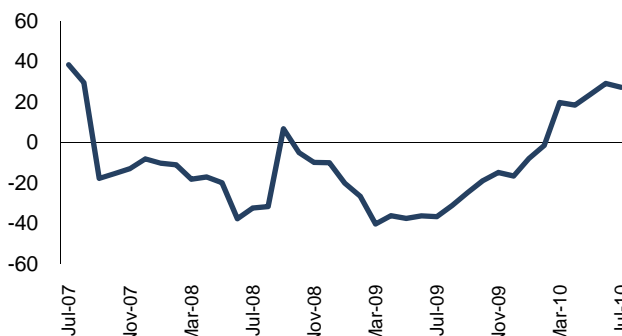
Figura 2.4. Vendas de Cimento e Indicador de Investimento
(VH, MM3)



Fonte: INE.

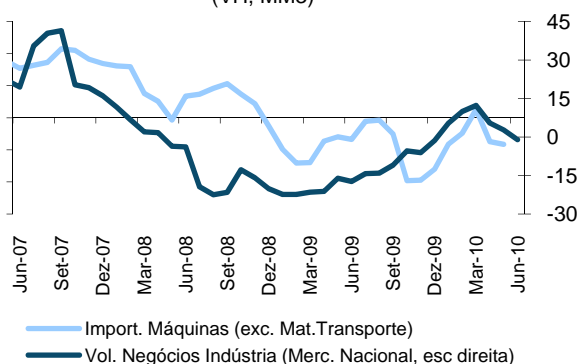
- as vendas de veículos comerciais ligeiros cresceram 27,1% (29,0% no 1.º trimestre), sendo que os dados relativos ao 2.º trimestre evidenciavam uma antecipação à subida do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA).
- as opiniões dos empresários sobre a evolução das vendas de bens de investimento no comércio por grosso registaram um comportamento mais desfavorável do que no trimestre anterior.

Figura 2.5. Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros
(VH, MM3)



Fonte: INE.

Figura 2.6. Bens de Equipamento
(VH, MM3)



Fonte: INE

Os dados relativos ao 2.º trimestre agora disponíveis, mostram que as licenças de construção de fogos continuam a evidenciar uma tendência de recuperação apresentando uma quebra de 0,8% (-17,3% no 1.º trimestre), enquanto que o índice de volume de negócios nas indústrias de bens de investimento para o mercado nacional registou, uma quebra de 1,2% (12,3% no 1.º trimestre).

No mês de Maio, as importações de Bens de Capital, excepto Material de Transporte, registaram uma quebra de 8,2% em termos homólogos, recuperando face à quebra acentuada verificada no mês anterior (-26,2%).

Quadro 2.3 Indicadores de Investimento

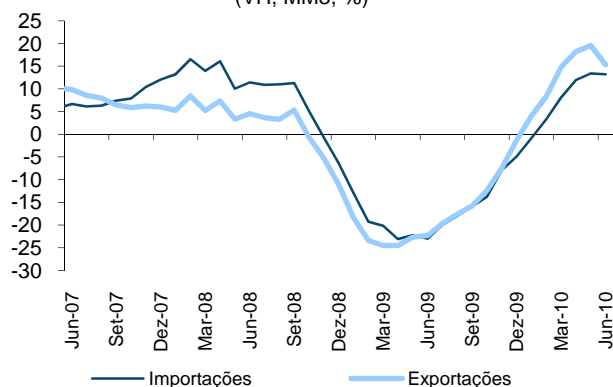
Indicador	Unidade	Fonte	2009	2009			2010		2010			
				2T	3T	4T	1T	2T	Abr	Mai	Jun	Jul
FBCF – CN Trimestrais	VH Real	INE	-11,9	-12,8	-8,7	-11,9	-2,3	:	:	:	:	:
Indicador de FBCF	SRE-VE	"	:	-11,2	-9,2	-7,9	-5,0	-2,0	-3,1	-2,0	-0,9	:
Vendas de Cimento	VH	SECIL e CIMPOR	-15,5	-16,1	-13,3	-15,6	-9,4	-6,1	-11,4	-2,2	-4,6	-7,0
Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros	VH	ACAP	-29,8	-36,5	-25,0	-16,8	19,6	29,0	20,0	30,5	37,0	14,6
Vendas de Veículos Comerciais Pesados	VH	"	-39,4	-47,0	-23,3	-48,7	-36,0	-7,3	-5,5	-13,0	-2,1	-16,9
Volume Vendas Bens de Investimento*	SRE-VE	INE	-37	-43	-33	-27	-52	-22	-37	-36	-22	-22,6
Licenças de Construção de fogos	VH	"	-38,9	-47,7	-38,8	-21,7	-17,3	-0,8	3,5	-6,6	1,7	:
Importações de Bens de Capital**	VH	"	:	-6,7	-5,0	-16,0	2,6	:	-26,2	-8,2	:	:
Índice Vol. Negócios da IT de Bens de Inv.***	VH	"	-12,7	-17,3	-11,0	-1,3	12,3	-1,2	5,1	-5,2	-2,7	:

* no Comércio por Grosso; ** excepto Material de Transporte; *** para o Mercado Nacional.

Contas Externas

No 2.º trimestre os fluxos do comércio internacional apresentam um crescimento nominal superior ao verificado no 1.º trimestre. Em termos homólogos, as exportações cresceram 15,4% e as importações 13,2%, mais 0,6 p.p. e 5,2 p.p., respectivamente, do que no trimestre anterior.

Figura 2.7. Fluxos do Comércio Internacional
(VH, MM3, %)

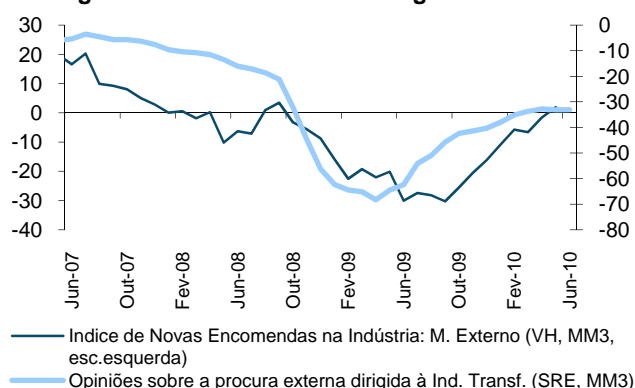


Fonte: INE.

Face ao 1.º trimestre, o crescimento homólogo das importações foi mais significativo na componente intra-comunitária (7,3% no 2.º trimestre e 2% no 1.º) do que na extra (33,8% no 2.º trimestre e 32,5% no 1.º). Do lado das exportações, foi a componente extra-comunitária que mais cresceu, em termos homólogos (22,4% no 2.º trimestre e 17,7% no 1.º), enquanto a componente intra-comunitária praticamente estabilizou (variação de 13,2% no 2.º trimestre e de 13,9% no 1.º trimestre).

A procura externa na indústria continua a evoluir favoravelmente, com as opiniões dos empresários menos negativas em Julho. Também as novas encomendas à indústria do mercado externo têm, no 2.º trimestre, um acentuado crescimento face ao trimestre precedente (17,8% face a -6,6% no 1.º trimestre).

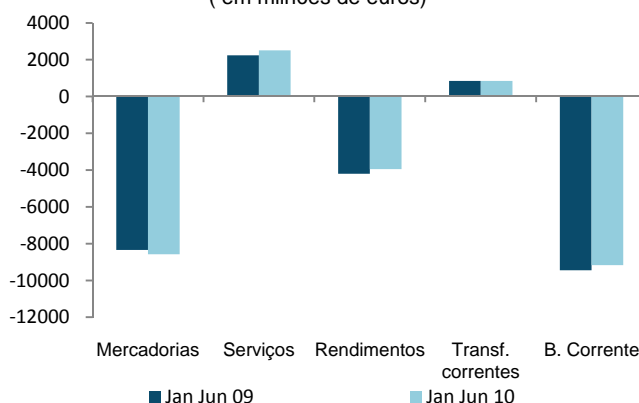
Figura 2.8. Procura Externa dirigida à Indústria



Fonte: INE.

No 1.º semestre de 2010, o défice acumulado da balança corrente foi de 9 170 milhões de euros, o que representa uma redução de 279 milhões de euros face a igual período de 2009. No 2.º trimestre o défice comercial foi de 5 081 milhões de euros face a 4 089 no 1.º trimestre.

Figura 2.9. Balança Corrente: composição do saldo
(em milhões de euros)



Fonte: Banco de Portugal.

Para o resultado semestral contribuiu o aumento do excedente da balança de serviços em 269 milhões de euros, bem como a redução do défice da balança de rendimentos em 250 milhões de euros.

Quadro 2.4. Indicadores de Contas Externas

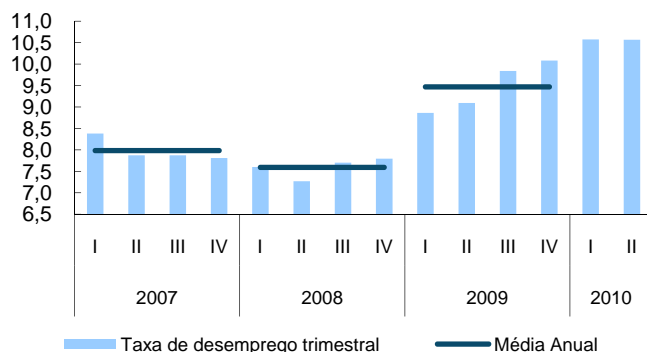
Indicador	Unidade	Fonte	2009	2009				2010		2010			
				1T	2T	3T	4T	1T	2T	Mar	Abr	Mai	Jun
Exportações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	INE	-11,8	-19,0	-15,5	-9,8	-2,0	8,5	:	:	:	:	:
Importações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	"	-10,8	-15,1	-14,8	-8,7	-4,3	5,2	:	:	:	:	:
Saldo de bens e serviços	% PIB	"	7,7	9,4	7,2	6,2	8,0	8,6	:	:	:	:	:
Necessid. de financiamento da economia	% PIB	"	9,3	13,0	9,1	7,5	7,7	10,4	:	:	:	:	:
Saídas de mercadorias	VH nom	"	-16,6	-24,5	-22,3	-15,8	-1,3	14,8	15,4	25,8	15,8	16,8	13,5
Entradas de mercadorias	VH nom	"	-16,3	-20,2	-23,0	-15,9	-4,9	8,0	13,2	13,6	10,1	16,4	13,2

Indicador	Unidade	Fonte	2009	2009		2010		Var. A.C.
				Jun	Jan-Jun	Jun	Jan-Jun	
Saldo Balança Corrente e de Capital	10 ⁶ euros	BP	-15 869	-1564	-8 595	-1900	-8 688	-93
Saldo Balança de Bens	"	"	-17 496	-1510	-8 338	-1727	-8 577	-239
Saldo Balança de Serviços	"	"	5 983	416	2 242	538	2 511	269
Saldo Balança de Rendimentos	"	"	-7 883	-635	-4 199	-963	-3 949	250
Saldo Balança de Transf. Correntes	"	"	2 135	70	846	207	845	0

Mercado de Trabalho

De acordo com os dados do INE no 2.º trimestre de 2010 a taxa de desemprego foi de 10,6%, mantendo-se ao mesmo nível da apurada no 1.º trimestre e interrompendo assim a tendência de aumento que já se vinha a verificar desde o 2.º trimestre de 2008. Em termos absolutos verificou-se mesmo uma redução de mais de 2 mil no número de pessoas desempregadas.

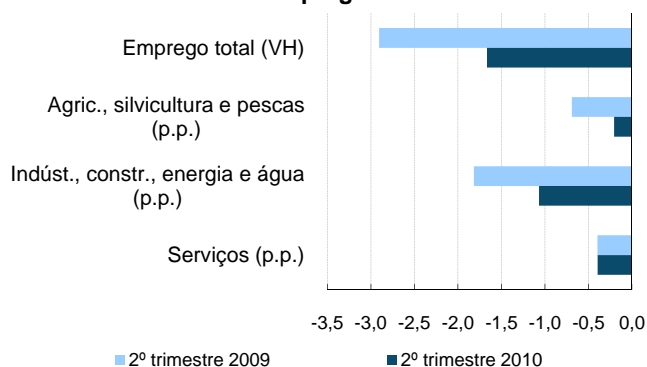
Figura 2.10. Taxa de Desemprego (%)



Fonte: INE.

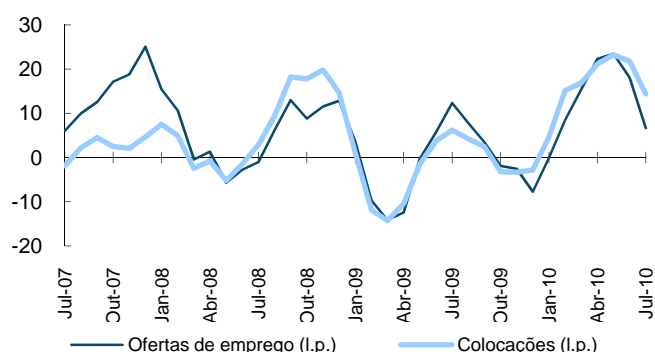
No final do 2.º trimestre a variação homóloga do emprego total diminuiu 1,7% reflectindo um contributo negativo de todos os sectores.

Figura 2.11. Contributos para o Crescimento do Emprego



Fonte: INE.

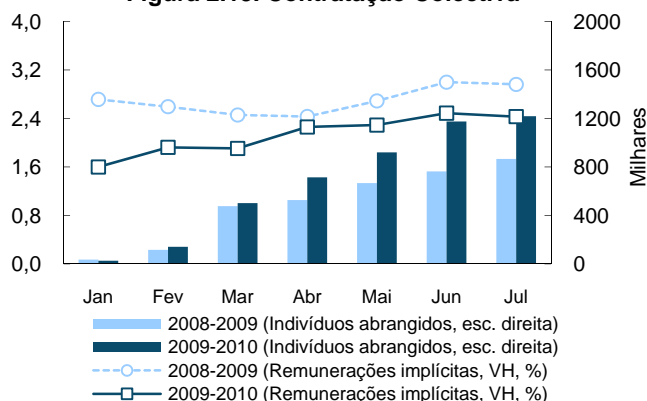
Figura 2.12. Ofertas de Emprego e Colocações (MM3, VH)



Fonte: IEFP.

No final de Julho, e de acordo com os dados do IEFP, o número total de pedidos de emprego era de aproximadamente 548 mil, representando um aumento de 10,4% em termos homólogos, mas uma diminuição de 0,7% face ao mês anterior. Verificou-se igualmente um abrandamento no crescimento das ofertas de emprego e nas colocações conseguidas, no entanto mantém-se o melhor desempenho ao nível das colocações, crescendo as mesmas acima do verificado nas ofertas de emprego.

Figura 2.13. Contratação Colectiva



Fonte: MTSS.

Até ao final de Julho o número de trabalhadores abrangidos por instrumentos de regulamentação colectiva era de 1 219 mil, mais 353 mil que em igual período do ano passado.

Até ao final de Julho as remunerações implícitas nos mesmos registaram um crescimento homólogo de 2,4%.

Quadro 2.5. Indicadores do Mercado de Trabalho

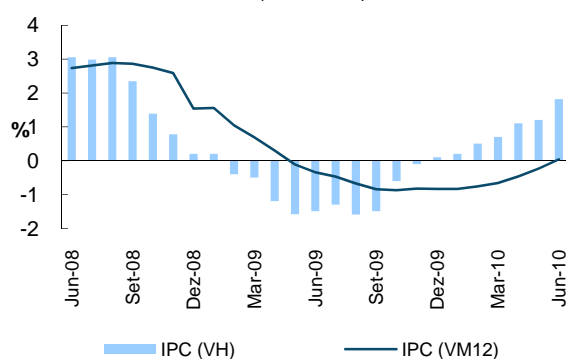
Indicador	Unidade	Fonte	2009	2010			2010					
				2T	3T	4T	1T	2T	Abr	Mai	Jun	Jul
Taxa de Desemprego	%	INE	9,5	9,1	9,8	10,1	10,6	10,6	-	-	-	-
Emprego Total	VH	"	-2,8	-2,9	-3,4	-3,0	-1,8	-1,7	-	-	-	-
Desemprego Registado (f.p.)	VH	IEFP	12,1	28,1	29,1	26,1	18,1	12,7	16,1	14,6	12,7	10,3
Desempregados Inscritos (l.p.)	VH	"	14,3	23,3	14,8	0,4	-3,9	-9,1	-7,5	-7,3	-12,8	-13,8
Ofertas de Emprego (l.p.)	VH	"	3,3	5,7	3,5	-7,7	15,4	18,1	34,3	25,8	-2,2	-1,5
Contratação Colectiva	VHA	MTSS	2,8	3,0	2,8	2,8	1,9	2,5	2,3	2,3	2,5	2,4
Índice do Custo do Trabalho* - Portugal	VH	INE	4,1	4,8	5,0	2,9	-0,3	1,2	-	-	-	-
Índice do Custo do Trabalho* - AE16	VH	Eurostat	3,4	3,3	2,7	1,7	2,1	:	-	-	-	-

* Total, excluindo a Administração Pública, Educação, Saúde e Outras Actividades; f.p. - no fim do período; l.p. - ao longo do período.

Preços

Em Julho a taxa de variação homóloga do Índice de Preços no Consumidor (IPC) foi de 1,8%, 0,6 p.p acima do verificado no mês anterior, reflectindo em parte o aumento de 1 p.p em todas as taxas de IVA. Este crescimento pelo sétimo mês consecutivo no IPC, fez com que no fim de Julho a variação média do IPC dos últimos 12 meses seja de 0,0 anulando assim a quebra de preços que se verificou em 2009.

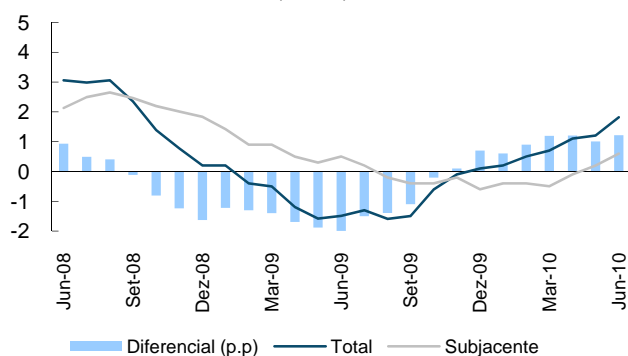
Figura 2.14. Taxa de Variação do IPC
(VH, em %)



Fonte: INE.

Para este aumento na variação homóloga do IPC contribui sobretudo os aumentos, em termos homólogos, de 4,1% no preço dos transportes, de 5,1% no preço da habitação, água e electricidade e de 1,6% no preço produtos alimentares e bebidas não alcoólicas. Apenas os preços das comunicações, do calçado e vestuário e da saúde apresentaram uma diminuição em termos homólogos de 1,8%, 1,4% e 0,3%, respectivamente.

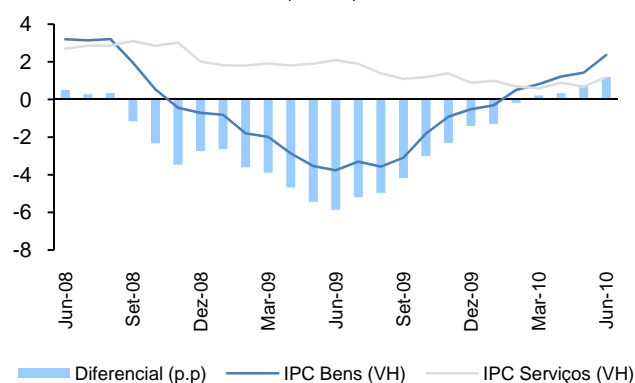
Figura 2.15. IPC Total e IPC Subjacente
(VH, %)



Fontes: INE.

A inflação subjacente (IPC excluindo bens alimentares não transformados e energéticos) foi de 0,6%, aumentando ligeiramente o diferencial face ao IPC total.

Figura 2.16. IPC Bens e IPC Serviços
(VH, %)

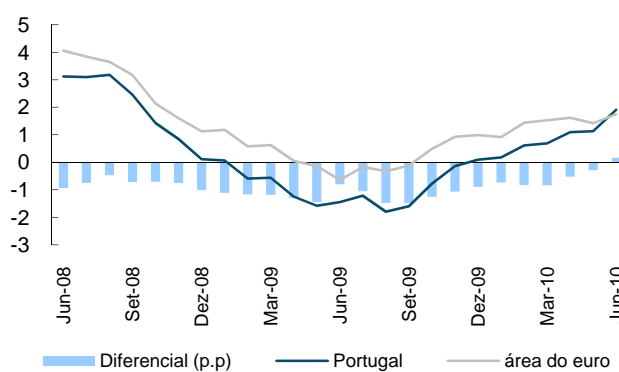


Fontes: INE.

Em Julho a taxa de variação homóloga do IPC de bens foi de 2,4%, face a 1,2% no IPC de Serviços, aumentando o diferencial para 1,2 p.p. (0,7 p.p. em Junho), mantendo-se assim a tendência que vem de Abril.

A variação homóloga do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor situou-se em 1,9% no mês de Julho, 0,2 p.p. acima da variação homóloga na área euro (1,7%), algo que já não sucedia desde Agosto de 2007, sendo que também neste caso se deverá tomar em consideração o impacto do aumento de 1 p.p em todas as taxas de IVA.

Figura 2.17. IHPC
(VH)



Fonte: Eurostat.

Quadro 2.6. Indicadores de Preços

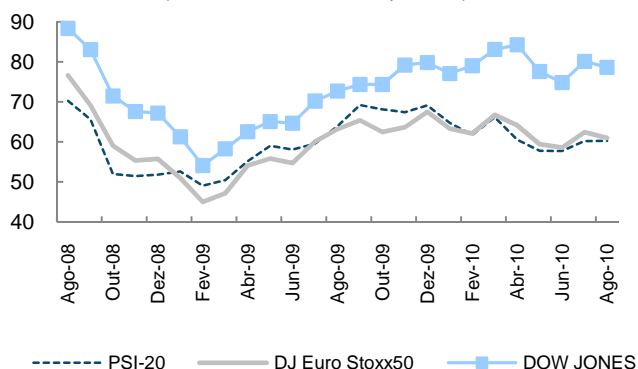
Indicador	Unidade	Fonte	2009	2009		2010						
				Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul
Índice de Preços no Consumidor	VC	INE	:	0,2	0,1	-0,5	0,1	1,1	0,4	0,2	0,2	0,1
Índice de Preços no Consumidor	VH	"	:	-0,6	-0,1	0,1	0,2	0,5	0,7	1,1	1,2	1,8
Índice de Preços no Consumidor	VM 12	"	-0,8	-0,9	-0,8	-0,8	-0,8	-0,8	-0,7	-0,5	-0,2	0,0
IPC – Bens	VH	"	2,4	-1,8	-0,9	-0,5	-0,3	0,5	0,8	1,2	1,4	2,4
IPC – Serviços	"	"	1,7	1,2	1,4	0,9	1,0	0,7	0,6	0,9	0,7	1,2
IPC excl. aliment. não transf. e energéticos	"	"	0,4	-0,4	-0,2	-0,6	-0,4	-0,4	-0,5	-0,1	0,2	0,6
IHPC	"	"	-0,9	-0,8	-0,1	0,1	0,2	0,6	0,7	1,1	1,1	1,9
Diferencial IHPC vs área do euro (VH)	p.p.	Eurostat	1,1	-1,3	-1,1	-0,9	-0,7	-0,8	-0,8	-0,5	-0,3	0,2

Mercado de Capitais, Crédito e Taxas de Juro

Em Julho, os índices bolsistas internacionais evoluíram favoravelmente, influenciados, em parte, pelos resultados positivos obtidos nos testes de resistência à banca europeia; à menor preocupação quanto à situação da dívida soberana na área do euro e à divulgação de dados favoráveis das empresas durante o 2.º trimestre.

Em Agosto e, em termos médios até ao dia 19, os índices registaram uma relativa estabilização, tendo o *DJ Euro Stoxx50* e o *Dow Jones* subido 0,8% e 0,4%, respectivamente, face ao final do mês de Julho.

Figura 2.189. Índices Bolsistas
(Abril 2007=100, fim do período)



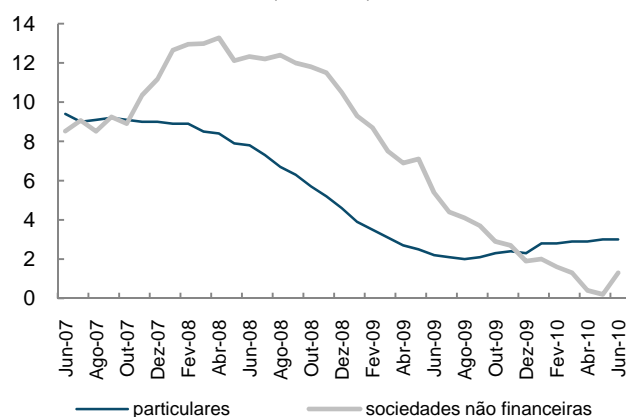
Fontes: CMVM; Finance Yahoo. Para Agosto, o valor é do dia 19.

À semelhança dos índices europeus, o índice PSI-20 recuperou em Julho após ter evoluído negativamente no 2.º trimestre. Em termos médios e, até 19 de Agosto, o índice PSI-20 subiu 0,8% face ao final do mês de Julho, embora tenha continuado a recuar face ao final de 2009.

Em Junho de 2010, o ritmo de crescimento dos empréstimos ao sector privado não financeiro aumentou 2,3% (1,8% em Maio), devido à aceleração do crédito destinado às empresas, o qual inverteu a tendência de abrandamento registado desde Fevereiro.

Pelo contrário, o ritmo de crescimento do crédito destinado aos particulares manteve-se em 3%, mas enquanto se assistiu a um reforço do crédito à habitação para 3,3%, o crédito ao consumo desacelerou para 2,1% (2,7% em Maio).

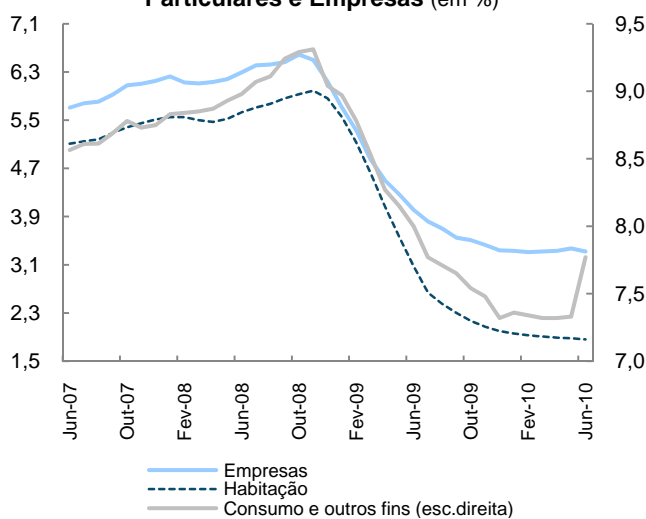
Figura 2.190. Empréstimos ao Sector Privado
(va, em %)



Fonte: Banco de Portugal.

As taxas de juro das operações do crédito aumentaram para os particulares devido à subida significativa (+45 pontos base) registada nas taxas do crédito ao consumo e outros fins. Já em relação ao crédito destinado às empresas, verificou-se uma ligeira redução, invertendo a tendência de aumento dos últimos meses.

Figura 2.21. Taxas de Juro de Empréstimos a Particulares e Empresas (em %)



Fonte: Banco de Portugal.

Quadro 2.7. Indicadores Monetários e Financeiros

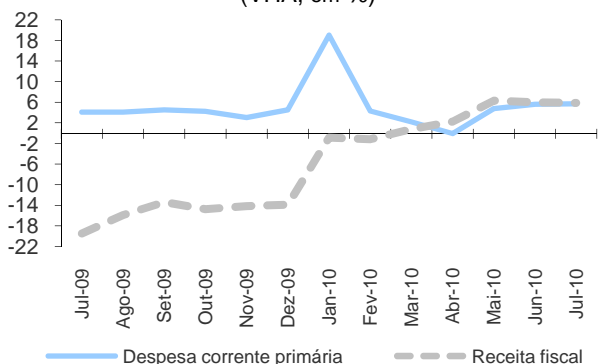
Indicador	Unidade	Fonte	2009	2009		2010						
				Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul
Yield OT 10 anos PT*	%	IGCP	4,0	3,8	4,0	4,4	4,4	4,2	5,2	4,7	5,2	5,2
Yield OT 10 – Spread Portugal face a Alemanha*	p.b.	"	65	59	65	120	134	110	220	200	257	251
PSI 20*	VC	CMVM	33,5	-1,0	2,5	-6,3	-4,6	7,2	-8,6	-4,5	-0,1	4,3
Empréstimos a particulares: - para habitação	va**	BP	2,6	2,5	2,6	2,9	2,9	3,0	3,1	3,1	3,3	:
- para consumo	va**	"	1,7	2,2	1,7	1,6	1,8	1,9	2,4	2,7	2,1	:
Empréstimos a empresas	va**	"	1,9	2,7	1,9	2,0	1,6	1,3	0,4	0,2	1,3	:
Taxa de Juro de empréstimos p/ habitação*	%	"	2,00	2,07	2,00	1,96	1,93	1,91	1,89	1,88	1,86	:
Taxa de Juro de empréstimos p/ empresas*	%	"	3,34	3,43	3,34	3,33	3,31	3,32	3,33	3,37	3,32	:

* Fim de período; ** Variação anual. Nota: As taxas de variação anual são calculadas com base na relação entre saldos de empréstimos bancários em fim de mês, ajustados de operações de titularização, e transacções mensais, as quais são calculadas a partir de saldos corrigidos de reclassificações, de abatimentos ao activo e de reavaliações cambiais e de preço.

Finanças Públicas – Estado

Até Julho, o valor provisório para o défice global do Estado, na óptica da contabilidade pública, foi de 8903 milhões de euros, o que representa um agravamento de 347 milhões de euros face ao período homólogo. O défice primário foi de 5865 milhões de euros, 605 milhões de euros acima do registado no mesmo período do ano anterior.

Figura 2.20. Execução Orçamental do Estado
(VHA, em %)



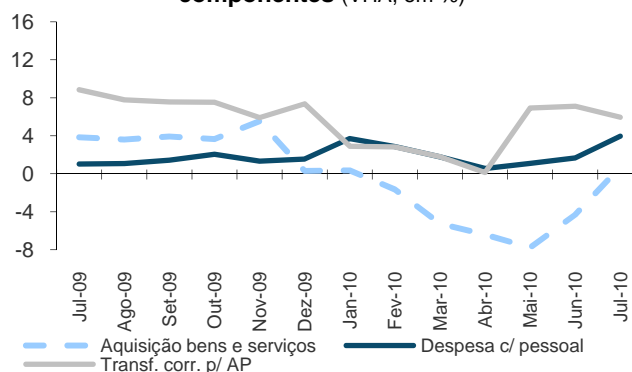
Fonte: DGO.

A execução orçamental do Estado, face ao mesmo período de 2009, caracterizou-se por:

- um aumento da receita fiscal em 5,9%, justificado pelo acréscimo de 12,7% na receita dos impostos indirectos enquanto os impostos directos apresentaram uma variação negativa (-2,8%). Este comportamento dos impostos directos deve-se, em larga medida, à diminuição da receita de IRS em 7,6% com a antecipação dos prazos de reembolso e o diferente padrão intra-anual das transferências para os municípios, enquanto que o IRC regista um aumento de 3,6%. No caso dos impostos indirectos, realça-se o aumento da receita do IVA em 14,6%, do imposto de consumo sobre o tabaco em 61,6% (devido ao aumento da introdução ao consumo no final do ano passado) e do imposto sobre veículos em 23,8%;
- um decréscimo da receita não fiscal em 11,2%, em virtude, essencialmente, da redução nas transferências correntes (-25,3%), bem como nos rendimentos de propriedade (-19,9%); e
- um crescimento da despesa total em 3,8%, com a generalidade das rubricas da despesa corrente a apresentarem variações positivas, à excepção dos juros que se reduziram 7,8%.

As despesas com o pessoal registam um crescimento de 3,9%, em termos comparáveis², enquanto a aquisição de bens e serviços aumentou 0,7%. As transferências correntes para as Administrações Públicas, corrigidas da compensação pelo pagamento de pensões da responsabilidade do Estado, apresentaram um acréscimo de 6,4%, reflectindo, sobretudo, o comportamento das transferências para a Segurança Social e para o SNS. Os subsídios continuam a registar aumentos (17,3%), em virtude dos apoios à instalação de painéis solares térmicos. A despesa de capital manteve-se relativamente estável (0,4%), com o investimento a crescer 12% compensado pela redução nas transferências de capital (-0,9%).

Figura 2.21. Despesa do Estado – principais componentes (VHA, em %)



Nota: A despesa com o pessoal e transferências correntes para as AP encontram-se corrigidas da alteração metodológica referida.
Fontes: DGO e GPEARI.

No final de Julho, a dívida directa do Estado situou-se em 146,2 mil milhões de euros, registando um aumento de 3595 milhões de euros face ao final do mês anterior. A variação da dívida reflectiu, essencialmente, a emissão líquida de Obrigações do Tesouro e outros títulos não transaccionáveis e a amortização líquida de Bilhetes do tesouro. Refira-se ainda o início das emissões de Certificados do Tesouro, que se cifraram em 158 milhões de euros no mês de Julho.

Quadro 2.8. Movimento da Dívida do Estado
(milhões de euros)

	30-Jun-10	Jul-10			31-Jul-10
	Saldo	Emissões	Amortiz.	Outros	Saldo
Transaccionável	117 963	4 573	5 164	- 109	117 264
Bilhetes do Tesouro	17 913	2 218	4 473	0	15 658
Obrigações do Tesouro	97 055	1 678	0	2	98 735
Não Transaccionável	24 650	14 305	10 010	0	28 945
Certificados de Aforro	16 427	46	171	0	16 301
CEDIC	4 723	3 876	3 744	0	4 855
Total	142 614	18 878	15 174	- 109	146 209

Fonte: IGCP.

Quadro 2.9. Execução Orçamental do Estado

	2009		2010		2010			
	Jan a Jul		Jan a Jul		Abr	Mai	Jun	Jul
	10 ⁶ euros		Exec. face OE corrig.* (%)		VHA (%)			
Receita Total	19 129	19 821	52,9	55,2	0,2	1,3	3,5	3,6
Receita corrente	18 818	19 445	54,0	56,3	0,3	1,4	3,2	3,3
Impostos directos	7 328	7 122	53,7	53,5	-18,1	-6,4	-3,8	-2,8
Impostos indirectos	9 282	10 461	53,8	59,1	15,5	16,0	13,2	12,7
Despesa Total	27 685	28 724	55,3	57,4	-1,9	1,3	4,3	3,8
Despesa corrente primária	22 659	23 949	55,6	58,2	-0,1	4,8	5,6	5,7
Despesa corrente	25 954	26 987	56,6	57,9	-1,3	1,9	5,1	4,0
Despesa com pessoal	6 411	6 523	55,4	60,6	-1,6	-1,1	-0,3	1,7
Aquisição bens e serviços	627	631	38,4	43,2	-6,4	-7,8	-4,3	0,7
Subsídios	194	227	24,2	31,2	11,0	7,5	16,6	17,3
Juros	3 295	3 038	65,0	55,2	-15,2	-25,1	2,2	-7,8
Transferências corr. p/ AP	13 590	14 544	58,2	59,4	1,0	7,9	8,1	7,0
Saldo Global	-8 556	-8 903	-	-	-	-	-	-
Saldo Primário	-5 260	-5 865	-	-	-	-	-	-

Nota: * Corresponde ao OE inicial corrigido das alterações orçamentais da competência do Governo, nomeadamente, os montantes cativos utilizados, as autorizações de despesa, e os reforços de dotação provisional.
Fonte: DGO.

² Excluindo, em 2009, a componente referente ao pagamento de pensões da responsabilidade do Estado.

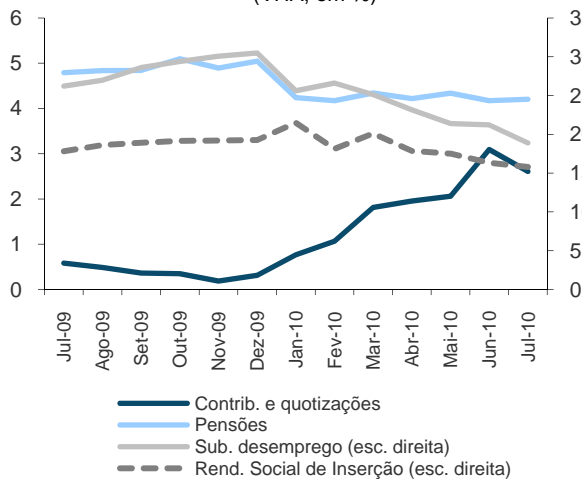
Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações

Até Julho, o excedente da execução orçamental da Segurança Social, na óptica da contabilidade pública, foi de 474,1 milhões de euros, representando um aumento de 9,4 milhões de euros face ao mesmo período de 2009.

A execução orçamental da Segurança Social, face ao período homólogo de 2009, caracterizou-se por:

- um aumento da receita corrente em 7,1% em resultado do aumento da generalidade das rubricas: transferências correntes da Administração Central (10,4%), transferências do Fundo Social Europeu (95,4%), contribuições e quotizações (2,6%) e IVA social (1,3%); e
- um aumento da despesa corrente em 7,5%, reflectindo, principalmente, a subida da despesa em prestações sociais, nomeadamente, pensões (4,2%), subsídio de desemprego e apoio ao emprego (18,9%), rendimento social de inserção (15,8%), outras prestações (9,8%), subsídio familiar a crianças e jovens (6%), acção social (4,6%) e complemento solidário para idosos (20,4%). No que respeita ao número de beneficiários, destaca-se um aumento de 4,6% no subsídio de desemprego e social de desemprego e de 2,3% nas pensões de velhice da Segurança Social. As acções de formação profissional continuam a apresentar um crescimento (65,2%), com o aumento de 87,2% nas acções suportadas pelo Fundo Social Europeu.

Figura 2.22. Execução Orçamental da Seg. Social
(VHA, em %)



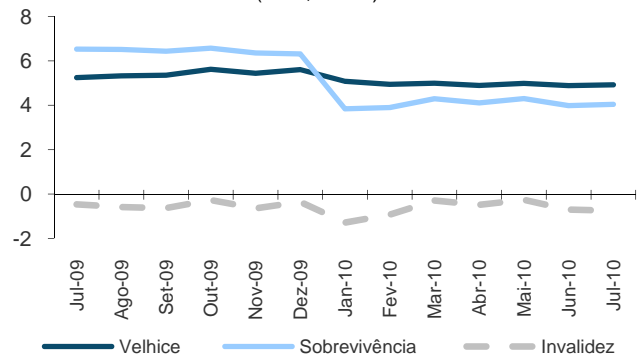
Fonte: DGO

Quadro 2.10. Execução Orçamental da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações

	Segurança Social				Caixa Geral de Aposentações					
	2009		2010		2009		2010			
	Jan a Jul		Jan a Jul		Jan a Jul		Jan a Jul			
	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	VHA	Execução face ao OE (%)	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	VHA	Execução face ao OE (%)		
Receita Total	12876	13809	7,2	40,0	39,4	4684	5030	7,4	57,9	60,8
Contribuições e quotizações	7506	7702	2,6	40,0	39,8	2009	2387	18,8	55,5	58,6
Transferências correntes da Adm. Central	4166	4599	10,4	41,2	41,5	2602	2582	-0,8	61,4	64,2
Despesa Total	12411	13334	7,4	36,0	39,6	4623	4818	4,2	56,3	57,0
Pensões	7631	7951	4,2	35,3	35,7	4597	4795	4,3	56,3	57,0
Subsídio de desemp. e apoio ao emprego	1135	1349	18,9	38,7	43,5	-	-	-	-	-
Prestações e acção social	2544	2728	7,2	61,8	57,1	-	-	-	-	-
Saldo Global	465	474	-	-	-	60	212	-	-	-

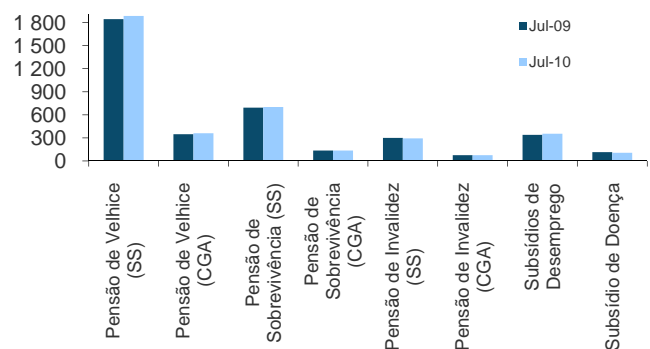
Fontes: DGO e GPEARl.

Figura 2.23. Despesa em Pensões da Seg. Social
(VHA, em %)



Fonte: DGO

Figura 2.24. Número de Pensões e Subsídios Atribuídos
(milhares, em final do mês)



Fontes: MTSS e CGA.

Até Julho, o saldo da Caixa Geral de Aposentações (CGA), em contabilidade pública, foi de 212 milhões de euros, o qual compara com um saldo de 60,3 milhões de euros no período homólogo. A receita corrente cresceu 7,4%, devido ao aumento das contribuições em 18,8%. A despesa corrente aumentou 4,2%, reflectindo, principalmente, os aumentos da despesa em pensões (4,3%) e, com peso diminuto, a redução na aquisição de bens e serviços (-26,9%).

Serviços e Fundos Autónomos

Serviços e Fundos Autónomos, excluindo o FRDP

Até Julho, e na óptica da contabilidade pública, o excedente global provisório dos Serviços e Fundos Autónomos (excluindo o FRDP) foi de 1262,9 milhões de euros, o que constitui uma melhoria de 300,5 milhões de euros face ao mesmo período de 2009. Chama-se a atenção para o facto da comparação dos dados em contabilidade pública dos SFA ser afectada pelas alterações ao universo de entidades abrangidas, as quais se reflectem nas taxas de variação apresentadas³.

A execução orçamental, face ao período homólogo, caracterizou-se por:

- uma diminuição na receita de 2,3%, explicada pelo decréscimo da receita de capital em 34,9%, enquanto que a receita corrente aumentou 0,5%. Para o comportamento da receita de capital contribuiu essencialmente a redução das transferências de capital da União europeia (-64,4%). O crescimento da receita corrente deveu-se ao aumento das contribuições para a segurança social, CGA e ADSE (11,4%) e das transferências correntes (1,9%); e
- uma redução da despesa em 4,7%, com a despesa corrente e de capital a registarem decréscimos de 1,6% e 42%, respectivamente. Para a redução da despesa corrente contribuíram as despesas com o pessoal (-18,2%), as outras despesas correntes (-10,2%) e os subsídios (-44,7%). Em sentido contrário, verificou-se um aumento na rubrica de aquisição de bens e serviços (5,7%). A despesa de capital apresenta decréscimos nas transferências de capital (-45,5%) e no investimento (-31,6%).

Serviço Nacional de Saúde

No 1º semestre, a execução financeira consolidada do Serviço Nacional de Saúde (SNS), numa óptica de compromissos e numa base comparável, apresentou um défice de 101,6 milhões de euros (113,5 milhões de euros no período homólogo de 2009), registando um aumento na receita cobrada de 8,4% e na despesa total de 7,9%.

Até Julho, o excedente global provisório do SNS, na componente integrada nos serviços da administração pública e na óptica da contabilidade pública, cifrou-se em 530,3 milhões de euros, registando um aumento de 249,1 milhões de euros face ao mesmo período do ano anterior.

A execução orçamental, face ao período homólogo de 2009, caracterizou-se por:

- um aumento de 6,0% na receita devido ao crescimento da transferências correntes em 7,4%. Em sentido contrário, as transferências de capital caíram 51,6%; e
- um acréscimo da despesa em 1%, justificada pelo aumento da aquisição de bens e serviços (8,7%) uma vez que a generalidade das outras rubricas registaram decréscimos: despesa com pessoal (-37,8%), outras despesas correntes (-5,8%) e as transferências correntes (-44,6%). Refira-se, novamente, que o comportamento da despesa reflecte, em parte, os efeitos das alterações de universo consideradas, nomeadamente as operações de empresarialização de hospitais ocorridas durante o ano de 2009, as quais se consubstanciam principalmente numa diminuição da despesa com o pessoal e num aumento da aquisição de bens e serviços por parte do Serviço Nacional de Saúde.

Quadro 2.11. Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos

	Serviços e Fundos Autónomos (inclui SNS)						Serviço Nacional de Saúde			
	2009		2010		2010		2009		2010	
	Jan a Jul		Jan a Jul		Jun	Jul	Jan a Jul		Jun	Jul
	10 ⁶ euros		Exec. face OE corrig.* (%)		VHA (%)		10 ⁶ euros		VHA (%)	
Receita Total	14 191	13 871	40,1	42,8	-5,1	-2,3	4 905	5 201	6,6	6,0
Contribuições p/ Seg. Social, CGA e ADSE	2 146	2 390	43,3	41,5	2,9	11,4	-	-	-	-
Transferências correntes da Adm. Central	8 742	9 191	45,5	47,7	6,4	5,1	4 719	5 074	7,5	7,5
Despesa Total	13 229	12 608	37,4	40,3	-6,5	-4,7	4 624	4 671	4,5	1,0
Despesa com pessoal	1706	1395	39,6	35,1	-16,9	-18,2	571	355	-30,2	-37,8
Aquisição de bens e serviços	4 303	4 549	40,7	45,5	8,4	5,7	3 764	4 090	12,1	8,7
Transferências correntes	5 611	5 693	41	39,8	-4,2	1,5	94	52	-52,8	-44,6
Saldo Global	962	1263	-	-	-	-	281	530	-	-

Fonte: DGO.

³ Para mais detalhe sobre as alterações do universo dos SFA, veja-se a Caixa 17 do Relatório do Orçamento do Estado para 2010.

Administrações Local e Regional

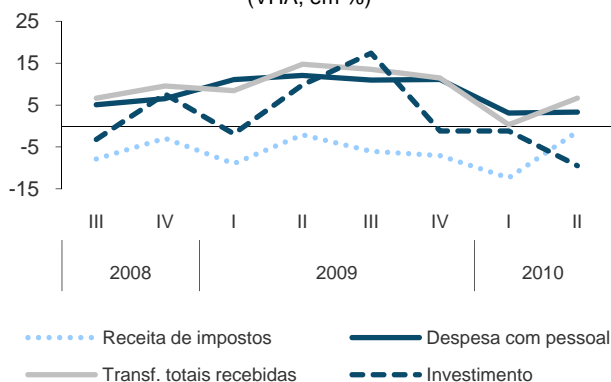
Administração Local*

No 1º semestre de 2010, e na óptica da contabilidade pública, o saldo provisório da execução orçamental da Administração Local foi de 182,4 milhões de euros, 168,7 milhões de euros acima do verificado em igual período de 2009 e considerando o mesmo universo.

A execução orçamental da Administração Local, face ao período homólogo de 2009, caracterizou-se por:

- um aumento da receita total em 0,5%, tendo contribuído para o crescimento, principalmente, o comportamento das transferências correntes (6,7%), do Imposto Municipal sobre Imóveis (7,7%), do Imposto Municipal sobre Transmissões (5,2%) e, em menor grau, dos rendimentos de propriedade (12,3%) e das vendas (2,9%). A receita de capital diminuiu 8,3% em virtude da redução das transferências de capital (-8,5%); e
- um decréscimo da despesa total em 4,4%, reflectindo, especialmente, a diminuição do investimento (-9,5%), dos juros e outros encargos (-52,3%), transferências (-7,7%), aquisição de bens e de serviços (-1,5%) e subsídios (-6,9%). O aumento da despesa com pessoal (3,3%) deve-se, fundamentalmente, à transferência efectiva de competências do Ministério da Educação para a Administração Local, especialmente no que concerne ao pessoal não docente.

Figura 2.25. Execução Orçamental da Administração Local – principais componentes
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

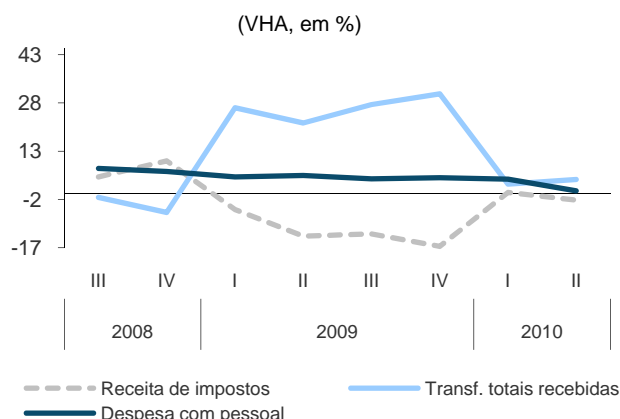
Administração Regional

No 1º semestre de 2010, e na óptica da contabilidade pública, o défice orçamental da Administração Regional situou-se nos 81,2 milhões de euros, o que representa uma melhoria de 14 milhões de euros face a igual período de 2009.

A execução orçamental da Administração Regional, face ao período homólogo de 2009, caracterizou-se por:

- um aumento da receita total em 0,5%, devido, sobretudo, ao aumento das transferências correntes (4,2%), de capital (8,5%) e dos impostos directos (5,2%). Em sentido contrário, constatam-se reduções nas rubricas: impostos indirectos (-5,5%), taxas, multas e outras penalidades (-12,3%) e nas outras receitas correntes (-73,3%); e
- uma redução da despesa total em 1,0%, reflectindo o comportamento da despesa de capital (-39,1%), enquanto a despesa corrente cresceu 6,4%, com acréscimos na aquisição de bens e serviços (15,3%), transferências (14,8%), subsídios (30,3%) e despesas com pessoal (0,7%).

Figura 2.26. Execução Orçamental da Administração Regional – principais componentes



Fonte: DGO.

Quadro 2.12. Execução Orçamental das Administrações Local e Regional

	Administração Local*				Administração Regional			
	2009		2010		2009		2010	
	Jan a Jun		Mar	Jun	Jan a Jun		Mar	Jun
	10 ⁶ euros		VHA (%)		10 ⁶ euros		VHA (%)	
Receita total	3 491	3 508	-5,0	0,5	865	870	2,2	0,5
Impostos	1 176	1 160	-12,4	-1,4	494	483	0,2	-2,2
Transferências correntes	1 070	1 142	0,3	6,7	243	253	2,8	4,2
Despesa total	3 478	3 325	-3,5	-4,4	961	951	11,3	-1,0
Pessoal	1 162	1 201	3,1	3,3	399	402	4,3	0,7
Aquisição de bens e serviços	812	800	-4,7	-1,5	118	136	64,6	15,3
Transferências correntes	257	237	-12,7	-7,7	219	251	25,9	14,8
Investimento	829	750	-1,2	-9,5	96	61	-35,7	-36,6
Saldo global	14	182	-	-	- 95	- 81	-	-

Fonte: DGO.

Nota: * Os valores da AL para 2009 referem-se ao Universo Comparável.

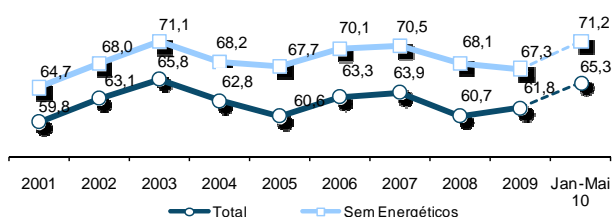
3. Comércio Internacional ^[1]

Evolução global ^[2]

De acordo com os dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística para o período de *Janeiro a Maio de 2010*, as saídas ^[3] de mercadorias registaram um crescimento de 15,4% face ao período homólogo. Por sua vez, as entradas cresceram 10,1% (Quadro 3.1).

Excluindo os produtos energéticos, as saídas cresceram 11,2% e as entradas 6,1%, no mesmo período.

Figura 3.1. Evolução da Taxa de Cobertura (fob/cif) das Entradas pelas Saídas de Mercadorias (%)



Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (nova série 1993-2009; versões preliminares para 2009 e 2010). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Quadro 3.1. Evolução da Balança Comercial de Portugal (Valores Acumulados)

Intra + Extra-EU (milhões de Euros)	Janeiro a Maio			VH	
	2009	2010	VH	Últimos 3 meses	Últimos 12 meses
Saídas (fob)	12 634	14 580	15,4	19,5	-2,5
Entradas (cif)	20 268	22 314	10,1	13,4	-6,6
(fob)	19 314	21 263	10,1	13,4	-6,6
Saldo (fob-cif)	-7 634	-7 733	1,3	3,2	-12,8
(fob-fob)	-6 679	-6 682	0,0	1,7	-13,7
Cobertura (fob/cif)	62,3	65,3	-	-	-
(fob/fob)	65,4	68,6	-	-	-
Sem energéticos:					
Saídas (fob)	12 176	13 537	11,2	15,3	-3,9
Entradas (cif)	17 913	19 001	6,1	9,4	-6,1
(fob)	17 069	18 106	6,1	9,4	-6,1
Saldo (fob-cif)	-5 737	-5 464	-4,8	-3,3	-10,6
(fob-fob)	-4 893	-4 569	-6,6	-5,5	-11,3
Cobertura (fob/cif)	68,0	71,2	-	-	-
(fob/fob)	71,3	74,8	-	-	-
Extra-UE					
(milhões de Euros)					
Exportações (fob)	3 626	4 355	20,1	22,4	-2,4
Importações (cif)	5 219	6 950	33,2	33,8	-1,8
(fob)	4 973	6 623	33,2	33,8	-1,8
Saldo (fob-cif)	-1 593	-2 595	62,9	56,3	-0,7
(fob-fob)	-1 347	-2 268	68,4	60,0	-0,5
Cobertura (fob/cif)	69,5	62,7	-	-	-
(fob/fob)	72,9	65,8	-	-	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (nova série 1993-2009; versões preliminares para 2009 e 2010). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Os dados do comércio Extra-UE, implícitos nos cálculos da parte superior do Quadro 1, para o período de Janeiro a Maio, são distintos dos implícitos nos cálculos na base do quadro, para o período de Janeiro a Junho, uma vez que estes últimos estão já disponíveis numa versão preliminar.

Factor de conversão cif-fob utilizado para 2008, 2009 e 2010: 0,9529.

[1] Informação mais desagregada pode ser consultada em www.gee.min-economia.pt ("Síntese Estatística do Comércio Internacional, nº8/2010").

[2] Os dados de base do comércio internacional (Intra e Extra UE) divulgados para o período de Janeiro a Maio de 2010 e os do comércio extracomunitário para o período de Janeiro a Junho de 2010 correspondem a versões preliminares. Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas (valor das transacções das empresas para as quais o INE não recebeu ainda informação) assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação (valor anual das operações intracomunitárias abaixo do qual os operadores são dispensados da declaração periódica estatística Intrastat, limitando-se à entrega da declaração periódica fiscal: no caso de Portugal, 300 mil euros para as chegadas e 250 mil para as expedições, em 2010). Por outro lado, a actual metodologia considera, para além do confronto regular entre as declarações Intrastat e do IVA, a comparação com os dados com a IES.

[3] "Saídas": somatório das "expedições" para o espaço comunitário com as "Exportações" para os Países Terceiros. "Entradas": somatório das "Chegadas" com origem nos países comunitários com as "Importações" provenientes dos Países Terceiros.

Nos últimos 12 meses a terminar em Maio, as saídas diminuíram 2,5% e as entradas 6,6% face ao período homólogo.

Os dados preliminares do comércio extracomunitário, disponíveis para o período de *Janeiro a Junho de 2010* apontam para uma taxa de crescimento das importações (33,2%) superiores à das exportações (20,1%). A taxa de cobertura (fob/cif) das exportações (Extra UE) agravou-se em 6,8 p.p. (Quadro 3.1).

Entre *Janeiro e Maio*, a taxa de cobertura (Fob/Cif) das entradas pelas saídas de mercadorias (intra e extra UE) foi de 65,3% (71,2% excluindo os produtos energéticos) (Figura 3.1).

A estimativa rápida de dados agregados do comércio intracomunitário para o mês de Junho aponta para taxas de variação homóloga positivas para o comércio internacional: 15,1% para as saídas e 10,6% para as entradas, com o défice (Fob-Cif) a aumentar 3,3% (Quadro 3.2).

Quadro 3.2. Balança Comercial de Janeiro a Junho (estimativa rápida)

Intra+Extra UE (milhões de Euros)	Janeiro a Junho		
	2009	2010	TVH
Saídas (fob)	15 332	17 644	15,1
Entradas (cif)	24 656	27 278	10,6
Saldo (fob-cif)	- 9 324	- 9 634	3,3
Cobertura (fob/cif)	62,2	64,7	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (nova série 1993-2009; versões preliminares para 2009 e 2010). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota: Inclui estimativa rápida do mês de Junho para o comércio intracomunitário.

Quadro 3.3. Evolução Mensal e Trimestral

Intra+Extra UE (milhões de Euros)	ENTRADA (Cif)			SAÍDA (Fob)		
	2009	2010	TVH	2009	2010	TVH
Jan	4 085	4 020	-1,6	2 475	2 608	5,4
Fev	3 792	4 242	11,9	2 419	2 719	12,4
Mar	4 439	5 044	13,6	2 650	3 333	25,8
Abr	3 982	4 385	10,1	2 518	2 916	15,8
Mai	3 971	4 623	16,4	2 573	3 006	16,8
Jun	4 387			2 698		
Jul	4 694			3 115		
Ago	3 569			2 030		
Set	4 708			2 837		
Out	4 684			2 954		
Nov	4 691			2 893		
Dez	4 207			2 487		
1º Trim	12 315	13 306	8,0	7 544	8 659	14,8
2º Trim	12 340			7 789		
3º Trim	12 971			7 982		
4º Trim	13 582			8 334		

Com estimativa rápida do mês de Junho no comércio Intra:

Jun	4.387	4.964	13,2	2.698	3 063	13,5
-----	-------	-------	------	-------	-------	------

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (nova série 1993-2009; versões preliminares para 2009 e 2010). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota: Inclui estimativa rápida do mês de Junho para o comércio intracomunitário.

Saídas de Mercadorias

Entre *Janeiro e Maio*, o valor das saídas de mercadorias cresceu 15,4% face ao período homólogo anterior. (Quadro 3.4). *Excluindo os produtos energéticos*, as saídas cresceram 11,2%.

À exceção da diminuição das saídas de “Vestuário e Calçado” (-2,5%), todos os grupos de produtos apresentaram contributos e taxas de crescimentos positivos.

Para o comportamento positivo das saídas de mercadorias nestes *primeiros 5 meses do ano* destacam-se os grupos de produtos “Energéticos”, “Químicos”, “Minérios e Metais”, “Madeira, Cortiça e Papel” e “Material de Transporte”, com taxas de crescimento homólogo de, respectivamente, 127,7%, 26,8%, 21,6%, 20,4% e 16,6%.

Nos últimos 12 meses (Junho de 2009 a Maio de 2010), as saídas registaram uma quebra de 2,5%. *Excluindo os produtos energéticos*, a quebra verificada foi de 3,9% (Quadro 3.4).

Salienta-se, tal como em números anteriores do BMEP, o comportamento positivo das saídas de produtos “Energéticos”, para o qual contribuiu a paralisação da refinaria de Sines entre a segunda quinzena de Janeiro de 2009 até ao final do passado mês de Fevereiro.

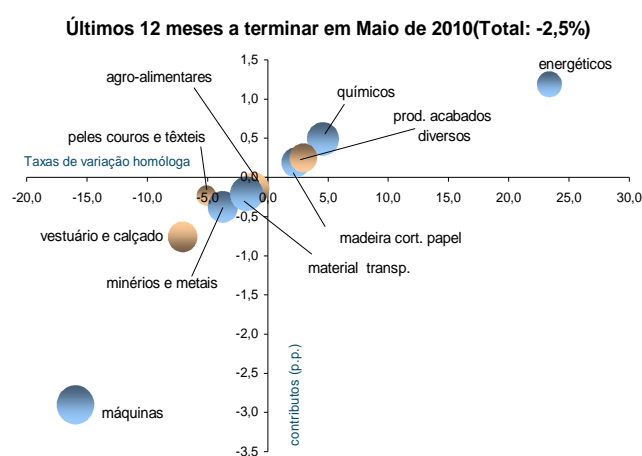
Na Figura 3.2 estão representados os contributos dos diversos grupos de produtos para o crescimento das saídas nos últimos 12 meses.

A análise da figura e dos valores que se apresentam no Quadro 3.4 vêm confirmar a importância relativa dos contributos dos diferentes grupos de produtos no crescimento das saídas de mercadorias anteriormente evidenciados.

Destacam-se, para o período Janeiro a Maio, os grupos de produtos “Energéticos” (+4,6 p.p.), “Químicos” (+2,9 p.p.), “Minérios e Metais” (+2,1 p.p.), “Material de Transporte” (+2,0 p.p.) e “Madeira, Cortiça e Papel” (+1,8%).

O grupo de produtos “Vestuário e Calçado” contribuiu negativamente (-0,3 p.p.).

Figura 3.2. Contributos para o Crescimento das Saídas por Grupos de Produtos (p.p.)



Fonte: Quadro 3.4. Saídas de Mercadorias por Grupos de Produtos.

Nota:

A dimensão dos círculos representa o peso relativo de cada grupo de produtos no total das saídas no período em análise.

Quadro 3.4. Saídas * de Mercadorias por Grupos de Produtos

(Fob)

Intra + Extra UE

Grupos de Produtos	Milhões de Euros		Estrutura (%)				Tax. variação e contributos			
	Jan-Mai		Anual		Jan-Mai		últimos 12 meses		Jan-Mai	
	2009	2010	2004	2009**	2009	2010	VH	contrib. p.p.[1]	VH	contrib. p.p.[1]
Total das Saídas	12 634	14 580	100,0	100,0	100,0	100,0	-2,5	-2,5	15,4	15,4
000 Agro-Alimentares	1 577	1 618	8,1	12,6	12,5	11,1	-1,2	-0,1	2,6	0,3
100 Energéticos	458	1 044	2,7	5,0	3,6	7,2	23,4	1,2	127,7	4,6
200 Químicos	1 358	1 722	9,4	11,3	10,7	11,8	4,6	0,5	26,8	2,9
300 Madeira, Cortiça e Papel	1 102	1 328	9,0	8,8	8,7	9,1	2,3	0,2	20,4	1,8
400 Peles, Couros e Têxteis	614	653	5,6	4,6	4,9	4,5	-5,1	-0,2	6,4	0,3
500 Vestuário e Calçado	1 438	1 403	14,0	10,9	11,4	9,6	-7,1	-0,8	-2,5	-0,3
600 Minérios e Metais	1 230	1 496	8,3	9,8	9,7	10,3	-3,7	-0,4	21,6	2,1
700 Máquinas	2 092	2 251	19,6	16,2	16,6	15,4	-16,0	-2,9	7,6	1,3
800 Material de Transporte	1 538	1 793	15,0	11,8	12,2	12,3	-1,8	-0,2	16,6	2,0
900 Produtos Acabados Diversos	1 226	1 273	8,2	9,0	9,7	8,7	3,0	0,3	3,8	0,4
Total sem energéticos	12 176	13 537	97,3	95,0	96,4	92,8	-3,9	-3,7	11,2	10,8

Por memória:

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (nova série 1993-2009; versões preliminares para 2009 e 2010). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

* Somatório das “Expedições” de mercadorias para a UE com as “Exportações” para Países Terceiros.

[1] Contributos para a taxa de crescimento das saídas - análise shift-share : TVH x peso no período homólogo anterior ÷ 100.

Entre Janeiro e Maio de 2010, as expedições para os países da UE cresceram, em termos homólogos, 14,1%. As expedições para os países da UE-15 aumentaram 13,6% e para os 12 Países do Alargamento 27,8%. As exportações para os Países Terceiros atingiram uma taxa de variação homóloga de 19,6% (Quadro 3.5).

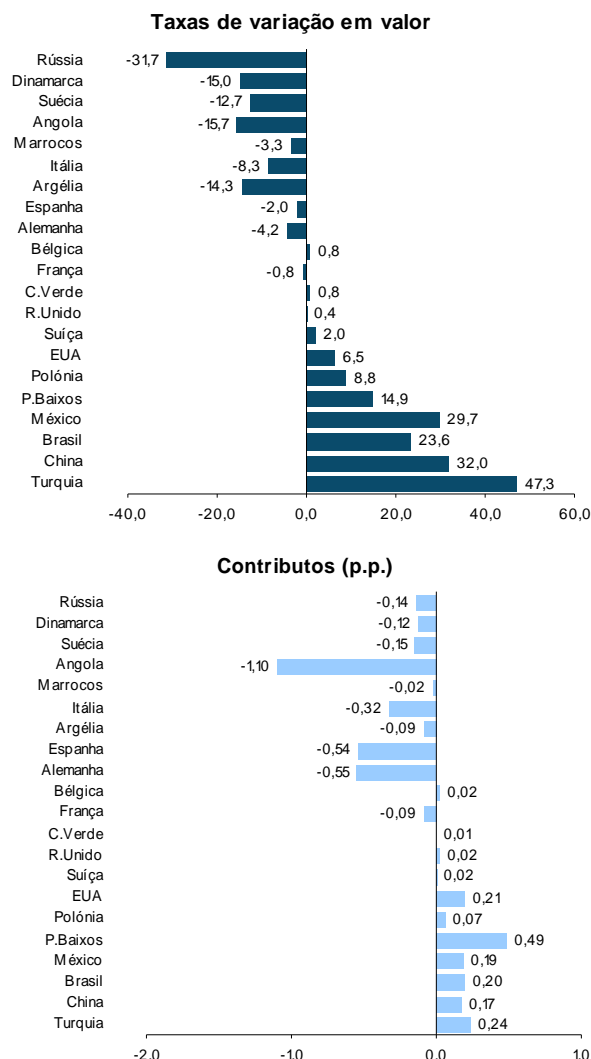
Relativamente às saídas para o mercado comunitário (expedições), destacam-se países como os Países Baixos (+32,4%), a Bélgica (+27,2%), a Espanha (+16,8%), o Reino Unido (+16,1%) e a Polónia (23,5%). Refira-se ainda o crescimento homólogo das expedições para a França (9,4%) e para a Alemanha (7,9%) .

No que se refere às saídas (exportações) para os países terceiros, o destaque vai para países como o México, a Turquia, o Brasil e EUA, com taxas de crescimento homólogo de 143,8%, 93,8%, 75,8% e 40,7%, nomeadamente.

Ponderando o peso das saídas por país no total, os maiores contributos para o crescimento das saídas de mercadorias (+16,4%), em termos de mercados de destino, foram da Espanha (+4,5 p.p.), EUA e França (+1,2 p.p. cada), Países Baixos e Alemanha (+1,1 p.p. cada). Angola destaca-se com uma contribuição negativa mais acentuada (-1,7%) do que a dos últimos 12 meses (-1,1%) (Quadro 3.5).

A Figura 3.3 apresenta as taxas de variação em valor e os contributos dos diversos mercados para o crescimento das saídas nos últimos 12 meses.

Figura 3.3. Taxas de Crescimento das Saídas para uma Selecção de Mercados e Contributos



Quadro 3.5. Evolução das Saídas de Mercadorias com Destino a uma Selecção de Mercados

Destino	Jan-Mai		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos [2]				
			anual		Jan-Mai		média anual 04-09*	12 meses [1]		Jan-Mai	
	2009	2010	2004	2009*	2009	2010		VH	contrib. p.p.[2]	VH	contrib. p.p.[2]
TOTAL	12 634	14 581	100,0	100,0	100,0	100,0	0,5	-2,5	-2,5	15,4	15,4
Intra UE-27	9 638	10 998	81,5	75,3	76,3	75,4	-1,1	-1,1	-0,8	14,1	10,8
dos quais:											
UE-15	9 287	10 549	79,9	72,5	73,5	72,4	-1,5	-1,3	-0,9	13,6	10,0
Espanha	3 403	3 973	26,1	28,9	26,9	27,2	1,1	-2,0	-0,5	16,8	4,5
Alemanha	1 740	1 878	13,4	13,1	13,8	12,9	0,0	-4,2	-0,5	7,9	1,1
França	1 625	1 778	13,8	12,4	12,9	12,2	-1,7	-0,8	-0,1	9,4	1,2
R.Unido	689	800	9,4	5,7	5,5	5,5	-9,2	0,4	0,0	16,1	0,9
Itália	516	546	4,4	3,8	4,1	3,7	-2,4	-8,3	-0,3	5,8	0,2
P.Baixos	421	557	4,1	3,6	3,3	3,8	-1,7	14,9	0,5	32,4	1,1
Bélgica	318	404	4,2	2,5	2,5	2,8	-9,9	0,8	0,0	27,2	0,7
Suécia	163	139	1,2	1,2	1,3	1,0	0,8	-12,7	-0,1	-14,7	-0,2
Dinamarca	107	111	0,8	0,7	0,8	0,8	-1,3	-15,0	-0,1	3,8	0,0
Alargamento	351	448	1,6	2,9	2,8	3,1	13,4	3,9	0,1	27,8	0,8
Polónia	103	127	0,4	0,8	0,8	0,9	14,3	8,8	0,1	23,5	0,2
Extra UE-27	2 996	3 583	18,5	24,7	23,7	24,6	6,4	-6,4	-1,7	19,6	4,6
dos quais:											
Angola	945	735	2,2	7,1	7,5	5,0	27,3	-15,7	-1,1	-22,2	-1,7
EUA	376	529	5,6	3,2	3,0	3,6	-10,3	6,5	0,2	40,7	1,2
Brasil	87	153	0,5	0,9	0,7	1,1	13,8	23,6	0,2	75,8	0,5
Suíça	121	135	0,9	0,9	1,0	0,9	1,1	2,0	0,0	11,4	0,1
C.Verde	89	112	0,5	0,7	0,7	0,8	9,8	0,8	0,0	25,1	0,2
China	68	91	0,3	0,7	0,5	0,6	17,0	32,0	0,2	34,9	0,2
Marrocos	81	112	0,5	0,7	0,6	0,8	8,4	-3,3	0,0	38,7	0,2
México	58	142	0,2	0,6	0,5	1,0	23,4	29,7	0,2	143,8	0,7
Turquia	59	114	0,6	0,6	0,5	0,8	3,2	47,3	0,2	93,8	0,4
Argélia	100	87	0,1	0,6	0,8	0,6	36,3	-14,3	-0,1	-12,8	-0,1
Por memória:											
Rússia	42	50	0,2	0,3	0,3	0,3	12,8	-31,7	-0,1	20,1	0,1
PALOP	1105	930	2,9	8,4	8,7	6,4	24,0	-12,4	-1,0	-15,8	-1,4
EFTA	161	174	1,2	1,2	1,3	1,2	0,1	-3,1	0,0	7,6	0,1

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (nova série 1993-2009; versões preliminares para 2009 e 2010). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2009.

[1] (Jun 09 - Mai 10) / (Jun 08 - Mai 09) x 100 - 100.

[2] Contributos para a taxa de crescimento das saídas - análise shift-share: (TVH) x (peso no período do homólogo anterior) ÷ 100.

Entradas de Mercadorias

No período de Janeiro a Maio de 2010, as entradas de mercadorias registaram uma variação homóloga positiva de 10,1% (Quadro 3.6).

As entradas de mercadorias provenientes do espaço comunitário cresceram 4,2%, sendo que as entradas provenientes dos países das UE-15 cresceram 3,9% e as provenientes dos países do Alargamento a um maior ritmo (13,1%). Analisando a distribuição geográfica das entradas de mercadorias, constata-se que a UE-27 continua a ser o principal mercado de origem das entradas (75,3% das entradas de mercadorias), cabendo 73% aos países da UE-15 e os restantes 2,3% aos Países do Alargamento.

Destacaram-se, pelo seu peso, as entradas provenientes de Espanha (31% do total), da Alemanha (12,2%) e de França (7,7%). Seguiram-se as de Itália (6,1%) e dos Países Baixos (5,5%).

As importações provenientes dos Países Terceiros cresceram, em termos homólogos, 33,2%.

Entre os Países Terceiros, que representam 24,7% do total das entradas, assinalam-se as importações provenientes da Nigéria (2,7%), China (2,6%), do Brasil (1,9%), dos EUA (1,5%), da Noruega (1,3%) e da Líbia (1,1%). As importações com origem nos países da OPEP, onde se inclui Angola, representaram 7,2% do total das entradas.

Ponderando os pesos dos diferentes grupos de produtos, à excepção das "Máquinas" (-1,6 p.p.), todos os restantes grupos de produtos contribuíram positivamente para o resultado global, destacando-se os produtos "Energéticos" (+4,7 p.p.), o "Material de Transporte" (+2,8 p.p.), os "Químicos" (+1,6 p.p.) e os "Minérios e Metais" (+1,4 p.p.).

Quadro 3.6. Entradas* de Mercadorias por Grupos de Produtos e sua Distribuição por uma Selecção de Mercados

Grupos de Produtos	10º Euros (Cif)		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos [2]			
	Jan-Mai		Anual		Jan-Mai		12 meses [1]		Jan-Mai	
	2009	2010	2004	2009**	2009	2010	VH	contrib. p.p.[2]	VH	contrib. p.p.[2]
TOTAL DAS ENTRADAS	20 268	22 314	100,0	100,0	100,0	100,0	-6,6	-6,6	10,1	10,1
Grupos de Produtos										
000-Agro-Alimentares	2 978	3 004	12,4	14,6	14,7	13,5	-4,1	-0,6	0,9	0,1
100-Energéticos	2 355	3 313	10,5	12,7	11,6	14,8	-9,5	-1,4	40,7	4,7
200-Químicos	3 161	3 483	13,7	15,3	15,6	15,6	1,2	0,2	10,2	1,6
300-Peles, Mad, Cortiça e Papel	957	1038	5,0	4,6	4,7	4,7	-4,7	-0,2	8,4	0,4
400-Têxteis, Vestuário e Calçado	1449	1501	7,6	6,8	7,1	6,7	-2,5	-0,2	3,7	0,3
500-M inérios e Metais	1665	1958	9,7	8,3	8,2	8,8	-13,4	-1,2	17,6	1,4
600-M áquinas [3]	3 951	3 629	21,2	19,1	19,5	16,3	-17,9	-3,6	-8,2	-1,6
700-M aterial de Transporte [4]	2 419	2 989	14,1	12,2	11,9	13,4	3,9	0,5	23,6	2,8
800-P rod. A cabados Diversos	1334	1399	5,9	6,4	6,6	6,3	-0,8	-0,1	4,8	0,3
Total sem energéticos	17 913	19 001	89,5	87,3	88,4	85,2	-6,1	-5,2	6,1	5,4
Mercados de origem										
Intra UE-27	16 134	16 808	79,5	78,5	79,6	75,3	-6,5	-5,0	4,2	3,3
dos quais:										
UE-15	15 677	16 291	77,8	76,2	77,3	73,0	-6,9	-5,1	3,9	3,0
Espanha	6 581	6 921	31,2	32,5	32,5	31,0	-5,9	-1,9	5,2	1,7
Alemanha	2 866	2 711	14,4	13,3	14,1	12,2	-15,5	-2,1	-5,4	-0,8
França	1 736	1 725	9,3	8,4	8,6	7,7	-5,8	-0,5	-0,6	-0,1
Itália	1 179	1 352	6,2	5,8	5,8	6,1	-0,2	0,0	14,7	0,9
Países Baixos	1 152	1 230	4,7	5,4	5,7	5,5	-3,6	-0,2	6,7	0,4
Bélgica	600	650	2,9	2,9	3,0	2,9	-8,2	-0,2	8,3	0,2
Suécia	229	260	1,3	1,1	1,1	1,2	1,2	0,0	13,7	0,2
Irlanda	195	196	0,8	1,0	1,0	0,9	-0,1	0,0	0,6	0,0
Alargamento	457	517	1,7	2,4	2,3	2,3	5,7	0,1	13,1	0,3
Extra UE-27	4 134	5 506	20,5	21,5	20,4	24,7	-6,7	-1,6	33,2	6,8
dos quais:										
China	436	584	0,9	2,2	2,2	2,6	-4,5	-0,1	33,7	0,7
EUA	363	338	2,1	1,7	1,8	1,5	-5,0	-0,1	-6,8	-0,1
Brasil	306	425	1,7	1,7	1,5	1,9	-1,6	0,0	38,9	0,6
Noruega	242	282	1,1	1,1	1,2	1,3	-4,5	-0,1	16,7	0,2
Nigéria	234	604	1,4	2,4	1,2	2,7	4,1	0,8	157,5	1,8
Arábia Saudita	153	219	0,6	0,8	0,8	1,0	-18,1	-0,2	43,4	0,3
Japão	148	141	1,3	0,6	0,7	0,6	-44,9	-0,4	-4,2	0,0
Argélia	144	131	1,0	0,5	0,7	0,6	-58,5	-0,6	-8,8	-0,1
Rússia	132	124	1,2	1,0	0,7	0,6	69,4	0,4	-6,1	0,0
Suíça	127	148	0,6	0,6	0,6	0,7	2,3	0,0	17,1	0,1
Coreia do Sul	126	104	0,5	0,5	0,6	0,5	-21,2	-0,1	-17,6	-0,1
Líbia	118	256	0,7	0,7	0,6	1,1	-26,2	-0,3	117,2	0,7
Índia	113	176	0,4	0,5	0,6	0,8	-11,0	-0,1	56,0	0,3
Turquia	113	135	0,7	0,6	0,6	0,6	-1,9	0,0	19,2	0,1
OPEP[5]	933	1617	4,5	5,8	4,6	7,2	-10,5	-0,8	73,3	3,4
EFTA	380	438	1,8	1,8	1,9	2,0	-3,0	-0,1	15,1	0,3
PALOP	59	221	0,1	0,4	0,3	1,0	17,3	0,1	274,6	0,8

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (nova série 1993-2009; versões preliminares para 2009 e 2010). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo do limiares de assimilação.

Notas:

* Somatório das "Chegadas" de mercadorias provenientes da UE com as "Importações" de Países Terceiros.

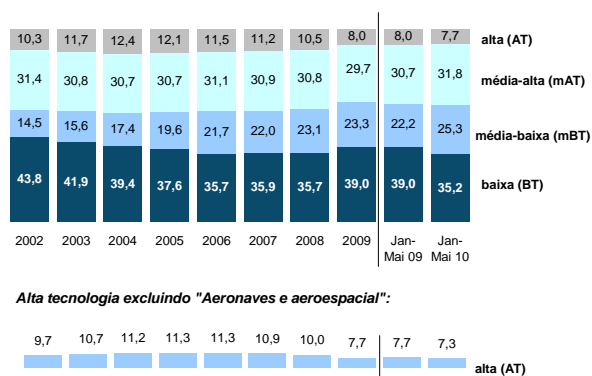
[1] (Jun 09 - Mai 10) / (Jun 08 - Mai 09) x 100 - 100.

[2] Contributos para a taxa de crescimento das entradas - análise shift-share : TVH x peso no

Comércio Internacional Português por grau de Intensidade Tecnológica

De acordo com dados de base declarados do INE, no período de Janeiro a Maio, as saídas de produtos de média intensidade tecnológica (média baixa + média alta) passaram a representar 57,1% do total das saídas de produtos industriais transformados (Figura 3.4 e Quadro 3.7), o que corresponde a um aumento de 4,2 p.p. face ao período homólogo.

Figura 3.4. Saídas de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica



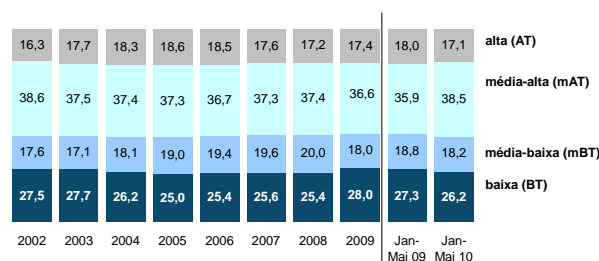
Fonte: Quadro 3.7. Saídas e Entradas de Produtos Industriais Transformados, por grau de intensidade tecnológica.

As saídas dos produtos de baixa intensidade tecnológica passaram a contribuir com 35,2% para o total das saídas de produtos industriais transformados, menos 3,8 p.p. que no período homólogo.

Por outro lado, o peso das saídas de produtos de alta intensidade tecnológica desceu de 8,0% para 7,7%.

Na Figura 3.5 encontra-se representado o peso relativo das entradas dos produtos industriais transformados, por grau de intensidade tecnológica, desde 2002.

Figura 3.5. Entradas de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica



Fonte: Quadro 3.7. Saídas e Entradas de Produtos Industriais Transformados, por grau de intensidade tecnológica.

Nota:

Os dados anuais apresentados nas figuras 3.4 e 3.5 foram extraídos da nova série do comércio internacional (1993-2009), que inclui estimativas para as empresas abaixo dos limiares de assimilação e para as não respondidas. Os dados do período de Janeiro a Maio de 2009 e 2010 são dados declarados, por não se disporem de estimativas com a desagregação apresentada, para o período de Janeiro a Maio de 2010.

Quadro 3.7. Saídas e Entradas * de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica

Intra + Extra-UE

Valores em 1000 Euros

Intensidade Tecnológica	2009	Janeiro a Maio		Taxas variação (%)			% total prod. indust. transf.				Contributos ^[1] (p.p.)	
		2009	2010	média 2004-09	2009/08	Jan-Mai 2010/09	2008	2009	Jan-Mai		2009	Jan-Mai 2010
									2009	2010		
SAÍDAS*												
Total dos prod. indust. transformados	29 899 642	11 272 712	12 900 109	0,2	-18,4	14,4	100,0	100,0	100,0	100,0	-18,4	14,4
Alta tecnologia	2 380 866	900 320	990 271	-8,3	-38,0	10,0	10,5	8,0	8,0	7,7	-4,0	0,8
- Sem Aeronáutica e aeroespacial [2]	2 291 391	867 320	941 219	-6,8	-36,9	8,5	10,0	7,7	7,7	7,3	-3,7	0,7
Média-alta tecnologia	8 865 297	3 463 880	4 105 699	-0,6	-21,4	18,5	30,8	29,7	30,7	31,8	-6,6	5,7
Média-baixa tecnologia	6 978 352	2 507 303	3 260 679	6,2	-17,6	30,0	23,1	23,3	22,2	25,3	-4,1	6,7
Baixa tecnologia	11 675 128	4 401 209	4 543 460	0,0	-10,7	3,2	35,7	39,0	39,0	35,2	-3,8	1,3
<i>Por memória:</i>												
Total das Saídas	31 647 682	11 823 665	13 626 788	0,5	-18,7	15,3	100,0	100,0	100,0	100,0	-18,7	15,3
Residual [3]	1 748 040	550 953	726 678	6,8	-23,7	31,9	5,9	5,5	4,7	5,3	-1,4	1,5
ENTRADAS*												
Total dos prod. indust. transformados	43 319 368	15 751 771	16 477 997	0,4	-16,9	4,6	100,0	100,0	100,0	100,0	-16,9	4,6
Alta tecnologia	7 556 073	2 836 782	2 818 767	-0,6	-15,7	-0,6	17,2	17,4	18,0	17,1	-2,7	-0,1
- Sem Aeronáutica e aeroespacial [2]	6 877 513	2 639 018	2 611 653	-0,6	-16,3	-1,0	16,0	16,1	17,0	16,1	-2,6	-0,2
Média-alta tecnologia	15 857 246	5 656 280	6 343 985	-0,1	-18,8	12,2	37,4	36,6	35,9	38,5	-7,0	4,4
Média-baixa tecnologia	7 778 669	2 960 073	3 005 912	0,2	-25,3	1,5	20,0	18,0	18,8	18,2	-5,0	0,3
Baixa tecnologia	12 127 380	4 298 637	4 309 334	1,7	-8,4	0,2	25,4	28,0	27,3	26,2	-2,1	0,1
<i>Por memória:</i>												
Total das Entradas	51 208 121	18 551 912	20 247 574	0,8	-20,2	9,1	100,0	100,0	100,0	100,0	-20,2	9,1
Residual [3]	7 888 753	2 800 141	3 769 576	3,2	-34,6	34,6	18,8	15,4	15,1	18,6	-6,5	5,2

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (nova série 1993-2009; versões preliminares para 2009 e 2010). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respondidas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação. Os dados para os períodos de Janeiro a Maio de 2009 e de Janeiro a Maio de 2010 referem-se apenas a dados declarados, uma vez que não estão disponíveis estimativas para o período de Janeiro a Maio de 2010 com a desagregação apresentada.

Notas:

* Saídas: somatório das Expedições de mercadorias para a UE com as Exportações para Países Terceiros; Entradas: somatório das Chegadas com origem no espaço comunitário com as Importações provenientes dos Países Terceiros.

[1] Contributos para a taxa de crescimento das Saídas/Entradas de produtos industriais transformados, em pontos percentuais – análise shift-share: TVH x peso no período homólogo anterior ÷ 100.

[2] Os dados referentes aos produtos de AT não são directamente comparáveis para os anos de 2004 e 2005 uma vez que, a partir de 1 de Janeiro de 2005, as reparações e manutenção de aeronaves provenientes dos países comunitários passaram a ser contabilizadas na balança de Serviços. O mesmo sucede para os dados de 2005 e 2006, na medida em que, a partir de 1 de Janeiro de 2006, o mesmo tratamento foi aplicado às aeronaves provenientes dos países terceiros.

[3] Total das Saídas (Entradas) – Saídas (Entradas) de produtos industriais transformados.

Comércio Internacional de Bens e Serviços

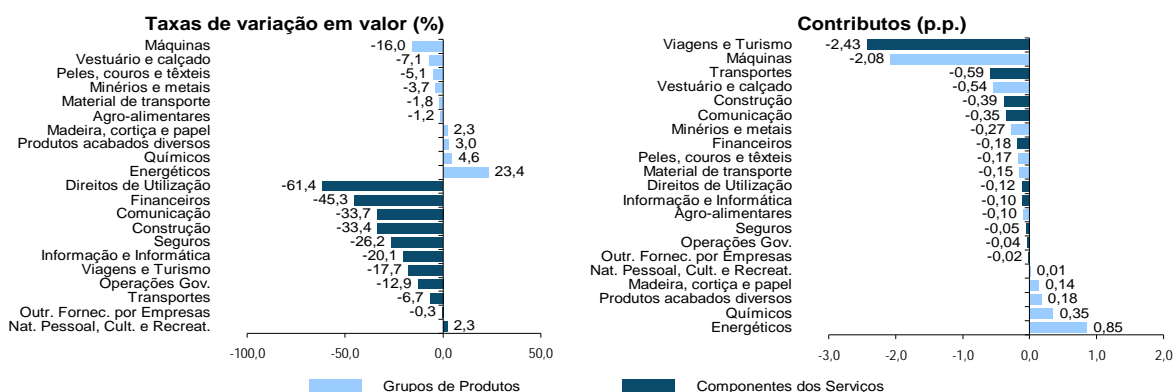
Segundo os dados divulgados pelo Banco de Portugal para a Balança de Pagamentos, para o período de Janeiro a Maio de 2010, o peso das "Exportações" (crédito) dos Serviços no total das "Exportações" de Bens e Serviços foi de 30,2% e de 16,9% no que se refere às "Importações" (débitos).

Neste período, as "exportações" de Bens e Serviços aumentaram 11% em termos homólogos, para o qual contribuíram os Bens (+10,0 p.p.), a par de um contributo positivo mas de menor amplitude por parte dos Serviços (+1% p.p.) (Quadro 3.8).

No painel esquerdo da Figura 3.6 compara-se o crescimento homólogo das diferentes categorias de Bens e de Serviços nos últimos 12 meses, com base em dados do INE para as "exportações" de Bens (Grupos de Produtos) e do Banco de Portugal para as "exportações" de Serviços. O painel direito mostra os contributos para a taxa de crescimento das "exportações" de Bens e Serviços. Nos grupos de produtos destaca-se o modesto contributo positivo dos Energéticos e dos Químicos e nos serviços os contributos negativos das Viagens e Turismo (-2.43 p.p.) e dos Transportes (-0.59 p.p.).

Figura 3.6. Taxas de Crescimento das "Exportações" de Bens e Serviços e Contributos das Componentes

Últimos 12 meses a terminar em Maio de 2010



Fonte: Cálculos do GEE com base em dados do Banco de Portugal, para as "Exportações" de bens e serviços, e do INE, para o cálculo da estrutura das "exportações" de Bens. A distribuição do contributo das "Exportações" de Bens (dados da Balança de Pagamentos, banco de Portugal) pelos grupos de produtos segue a estrutura implícita na base de dados do Comércio Internacional do INE para as Saídas de Bens (somatório das "Expedições" de mercadorias para a UE com as "Exportações" para Países Terceiros).

Quadro 3.8. Comércio Internacional de Bens e Serviços (Componentes dos Serviços)

	Valores em milhões de euros										
	Janeiro a Maio		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos				
			Anual		Jan-Mai		média anual 04-09	12 meses [2]		Jan-Mai	
	2009	2010	2004	2009	2009	2010		VH	contrib. p.p. [1]	VH	contrib. p.p. [1]
CRÉDITO ("Exportações")											
Bens e Serviços	18 873	20 954	100,0	100,0	100,0	100,0	2,4	-3,1	-3,1	11,0	11,0
Bens	12 743	14 629	72,4	66,2	67,5	69,8	0,6	-2,7	-1,8	14,8	10,0
Serviços	6 131	6 326	27,6	33,8	32,5	30,2	6,6	-4,0	-1,3	3,2	1,0
Transportes	1 671	1 750	5,3	8,6	8,9	8,3	12,6	-6,7	-0,6	4,7	0,4
Viagens e Turismo	2 250	1 212	14,5	14,4	11,9	5,8	2,2	-17,7	-2,4	-46,2	-5,5
Comunicação	223	98	0,8	1,0	1,2	0,5	6,1	-33,7	-0,4	-55,9	-0,7
Construção	210	99	0,8	1,1	1,1	0,5	7,9	-33,4	-0,4	-52,7	-0,6
Seguros	53	27	0,3	0,2	0,3	0,1	-0,7	-26,2	-0,1	-49,5	-0,1
Financeiros	72	34	0,4	0,3	0,4	0,2	-3,1	-45,3	-0,2	-53,0	-0,2
Informação e Informática	109	63	0,3	0,5	0,6	0,3	17,9	-20,1	-0,1	-42,0	-0,2
Direitos de Utilização	77	9	0,1	0,2	0,4	0,0	37,8	-61,4	-0,1	-88,3	-0,4
Outr. Fornec. por Empresas	1 314	1 382	4,4	6,7	7,0	6,6	11,2	-0,3	0,0	5,2	0,4
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	85	67	0,4	0,5	0,4	0,3	7,8	2,3	0,0	-21,2	-0,1
Operações Governamentais	68	48	0,4	0,3	0,4	0,2	1,5	-12,9	0,0	-29,7	-0,1
DÉBITO ("Importações" Fob)											
Bens e Serviços	23 876	25 831	100,0	100,0	100,0	100,0	1,6	-7,0	-7,0	8,2	8,2
Bens	19 571	21 478	85,9	82,7	82,0	83,1	0,9	-7,2	-6,0	9,7	8,0
Serviços	4 305	4 353	14,1	17,3	18,0	16,9	5,8	-5,9	-1,0	1,1	0,2
Transportes	1 206	1 250	4,5	5,1	5,1	4,8	4,2	-6,7	-0,3	3,7	0,2
Viagens e Turismo	1 124	1 124	4,0	4,5	4,7	4,4	4,0	-21,6	-0,9	0,0	0,0
Comunicação	199	97	0,5	0,7	0,8	0,4	8,3	-32,0	-0,2	-51,4	-0,4
Construção	59	24	0,2	0,2	0,2	0,1	-1,3	-37,7	-0,1	-59,0	-0,1
Seguros	79	66	0,4	0,3	0,3	0,3	-0,6	-9,9	0,0	-17,2	-0,1
Financeiros	80	58	0,3	0,3	0,3	0,2	4,8	-38,0	-0,1	-26,9	-0,1
Informação e Informática	161	78	0,3	0,6	0,7	0,3	17,1	-19,7	-0,1	-51,4	-0,3
Direitos de Utilização	159	119	0,5	0,6	0,7	0,5	5,2	-8,4	0,0	-25,4	-0,2
Outr. Fornec. por Empresas	995	943	2,6	3,9	4,2	3,6	9,9	-8,1	-0,3	-5,3	-0,2
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	191	116	0,5	0,8	0,8	0,4	10,8	-7,0	0,0	-39,3	-0,3
Operações Governamentais	50	31	0,3	0,2	0,2	0,1	-2,6	-32,0	-0,1	-38,0	-0,1

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal para as "Importações" totais de Bens e para as "Exportações" de Serviços.

Notas:

As "Exportações" das Estatísticas da Balança de Pagamentos (Crédito) correspondem às Saídas das Estatísticas do Comércio Internacional (somatório das "Expedições" de mercadorias para a UE com as "Exportações" para Países Terceiros). As "Importações" das Estatísticas da Balança de Pagamentos (Débito) correspondem às Entradas das Estatísticas do Comércio Internacional (somatório das "Chegadas" de mercadorias para a UE com as "Importações" para Países Terceiros).

Valores Fob para a "Importação" de bens.

[1] Contributos para a taxa de crescimento - Análise shift-share : (VH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100. Medem a proporção de crescimento das "Exportações"/"Importações" atribuível a cada categoria especificada.

[2] 12 meses até Maio de 2010.

Destques

Evolução Recente das Exportações¹ Portuguesas

Walter Anatole Marques²

De acordo com estimativa do INE para o primeiro semestre de 2010, as exportações portuguesas terão crescido 15,1% em termos homólogos (de 15,3 para 17,6 mil milhões de Euros), contra 10,6% do lado das importações. Após um descida acentuada do valor do conjunto das exportações nos últimos meses de 2008, e alguma estabilização nos primeiros meses de 2009, assiste-se em 2010 a um acréscimo mensal homólogo na grande maioria dos agrupamentos de bens e principais parceiros comerciais.

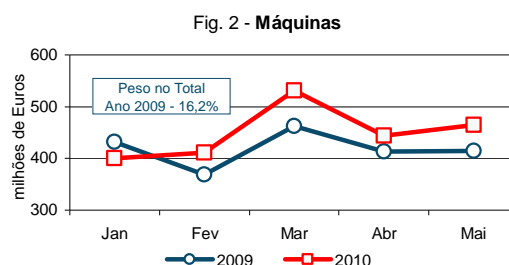
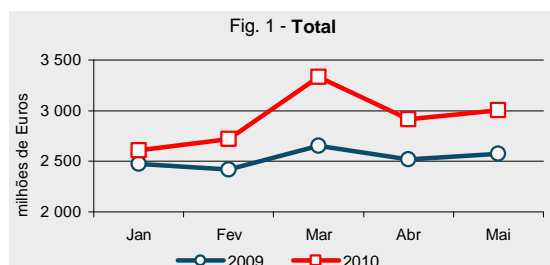
1. Evolução recente das exportações portuguesas por agrupamentos de bens³ de Janeiro a Maio de 2009 e 2010

O conjunto de figuras que se segue analisa, sinteticamente, em termos homólogos, por agrupamentos de bens, a evolução mensal recente das exportações portuguesas de mercadorias nos meses de Janeiro a Maio (últimos dados desagregados disponíveis para 2010), face aos meses homólogos de 2009.

Os dois únicos agrupamentos que no conjunto dos 5 primeiros meses de 2010 continuam a registar uma quebra em termos acumulados homólogos, são os do “Vestuário” e do “Calçado” (-2,6% cada). Contudo, desde Março que vêm registando valores de exportação superiores aos de igual mês do ano anterior.

Os principais contributos para o acréscimo global de cerca de 2 mil milhões de Euros nos 5 primeiros meses de 2010, face ao período homólogo do ano anterior, couberam aos “Energéticos” (30,1%), “Químicos” (18,7%), “Minérios e Metais” (13,7%), “Material de Transporte” (13,1%), “Madeira, Cortiça e Papel” (11,6%) e “Máquinas” (8,2%).

**Evolução do valor mensal das 'exportações' em 2009 e 2010
por agrupamentos de bens**
(meses de Janeiro a Maio)



¹ Exportações aqui entendidas como o somatório das expedições para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

² Assessor Principal (AP). O conteúdo deste trabalho é da exclusiva responsabilidade do autor.

³ Os bens foram agrupadas em 13 conjuntos: Agro-alimentares (Cap^o 01 a 24 da Nomenclatura Combinada), Energéticos (Cap^o 27), Químicos (Cap^o 28 a 40) Madeira, cortiça e papel (Cap^o 44 a 49), Peles e couros (Cap^o 41 a 43), Têxteis (Cap^o 50 a 60 e 63), Vestuário (Cap^o 61 e 62), Calçado (Cap^o 64), Acessórios de vestuário (Cap^o 65 a 67), Minérios e metais (Cap^o 25, 26 e 71 a 83), Máquinas (Cap^o 84 e 85), Material de transporte (Cap^o 86 a 89) e Produtos acabados diversos (Cap^o 68 a 70 e 90 a 99).

São dominantes os agrupamentos “Máquinas” (16,2% do total em 2009), “Agro-alimentares” (12,6%), “Material de transporte” (11,8%), “Químicos” (11,1%), “Minérios e metais” (9,8%), “Produtos acabados diversos”, onde se inserem os produtos da cerâmica e do vidro e os aparelhos de precisão, entre outros (9,4%), e “Madeira, cortiça e papel” (8,6%). Seguiram-se os agrupamentos do “Vestuário” (6,8%), dos “Energéticos” (5,0%), dos “Têxteis” (4,3%), e o do “Calçado” (4,0%). Os agrupamentos residuais das “Peles e couros” e dos “Acessórios de vestuário” representaram respectivamente apenas 0,3% e 0,1% do total das exportações em 2009.

Fig. 3 - Agro-alimentares

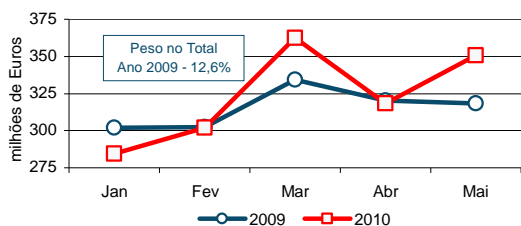


Fig. 4 - Material de Transporte

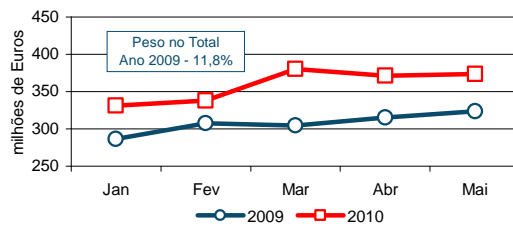


Fig. 5 - Químicos

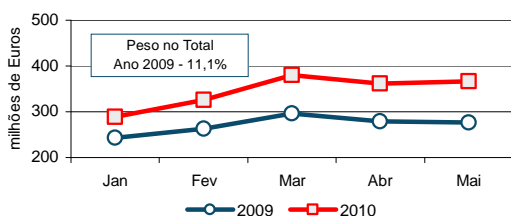


Fig. 6 - Minérios e Metais

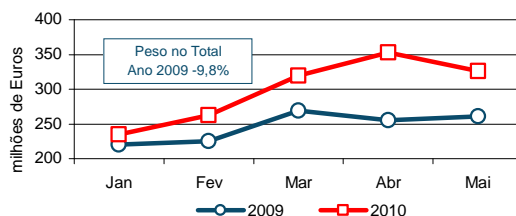


Fig. 7 - Produtos acabados diversos

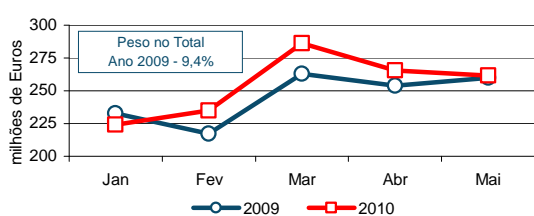


Fig. 8 - Madeira, Cortiça e Papel

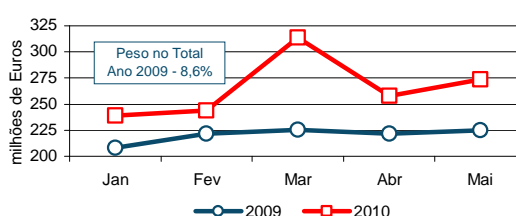


Fig. 9 - Vestuário

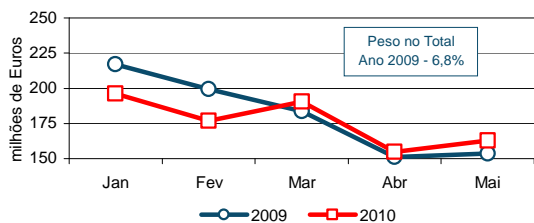


Fig. 10 - Energéticos

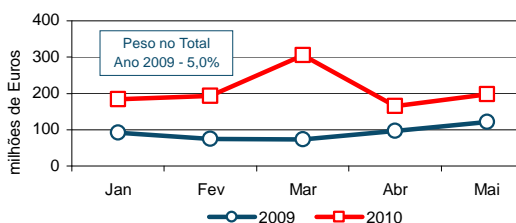


Fig. 11 - Têxteis

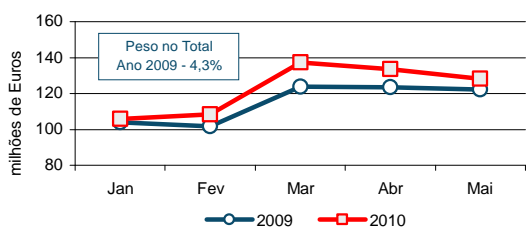


Fig. 12 - Calçado

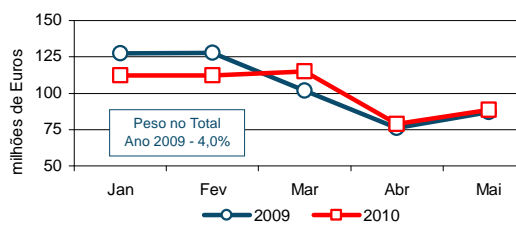


Fig. 13 - Peles e couros

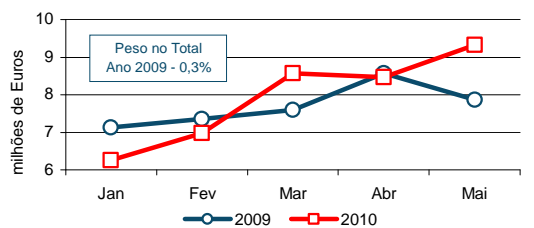
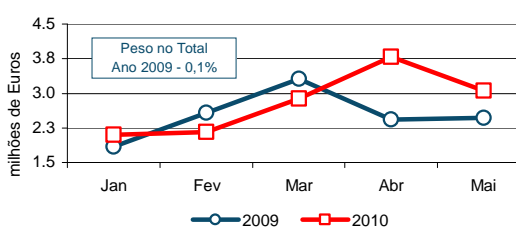


Fig. 14 - Acessórios de vestuário

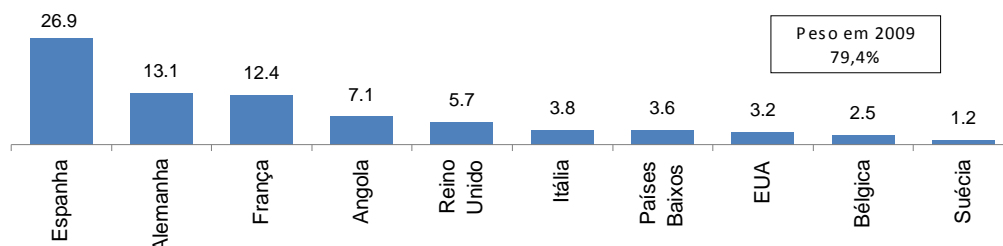


Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE (inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação e das não-respostas no comércio intracomunitário).

2. Evolução recente das exportações portuguesas por mercados de destino

Em 2009, cerca de 80% das exportações portuguesas distribuíram-se por 10 mercados: Espanha (26,9% do total), Alemanha (13,1%), França (12,4%), Angola (7,1%), Reino Unido (5,7%), Itália (3,8%), Países Baixos (3,6%), EUA (3,2%), Bélgica (2,5%) e Suécia (1,2%).

Os 10 principais mercados das exportações^[1] portuguesas em 2009
Peso no Total (%)



[1] Exportações aqui entendidas como o somatório das Expedições para os países da UE com as Exportações para os Países Terceiros.

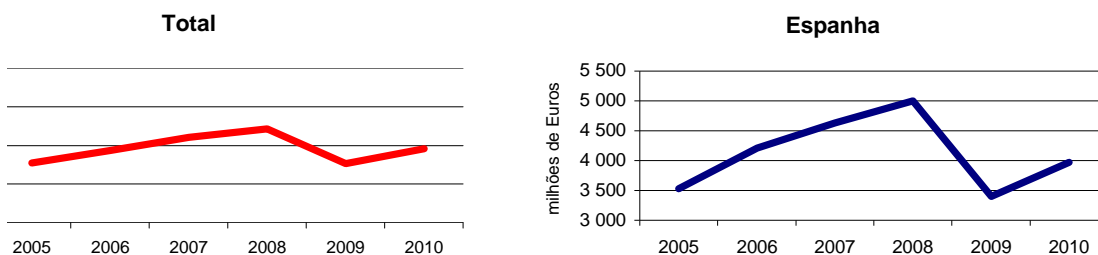
Fonte: dados de base do Instituto Nacional de Estatística

Em 2009 assistiu-se a uma descida do valor das exportações portuguesas na maioria dos principais mercados de destino, à excepção de Angola, actualmente o principal mercado entre os Países Terceiros, e também da China.

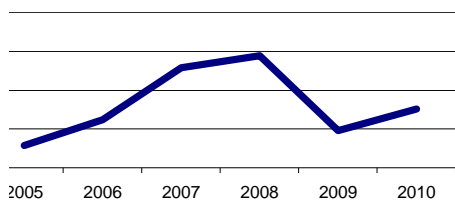
Nas figuras que se seguem encontra-se representada a evolução das exportações para os 20 principais mercados nos primeiros 5 meses dos anos de 2005 a 2010, que representaram cerca de 87,0% do total no ano de 2009 e 86,0% no período de Janeiro a Maio de 2010. Neste período verificou-se uma recuperação sensível das exportações na generalidade destes países, face ao mesmo período de 2009, excepto em Angola (-240 milhões de Euros) e na Suécia (-24 milhões de Euros).

De assinalar que em países como o Reino Unido e a Bélgica (desde 2005) e os EUA (desde 2006) onde se vinham registando quebras sucessivas das exportações nos 5 primeiros meses do ano, se verificou, em 2010, uma inversão da tendência.

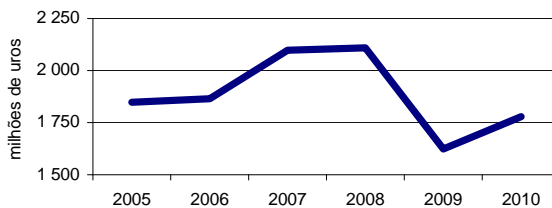
Evolução do valor mensal das 'exportações' em 2009 e 2010
por mercados de destino
(meses de Janeiro a Maio)



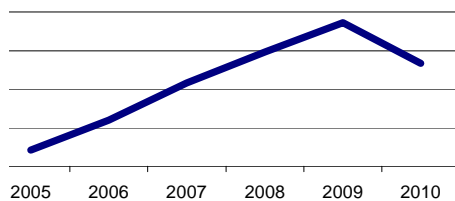
Alemanha



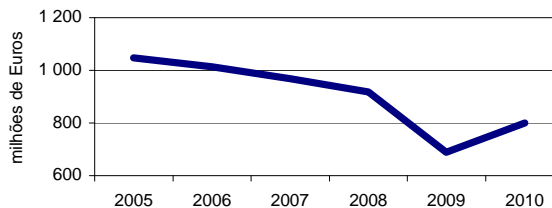
França



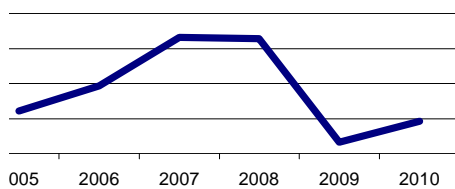
Angola



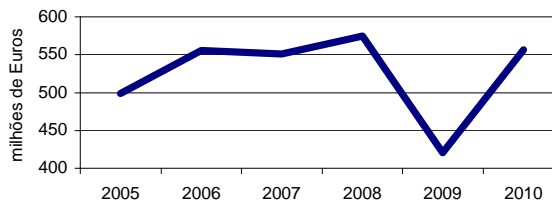
Reino Unido



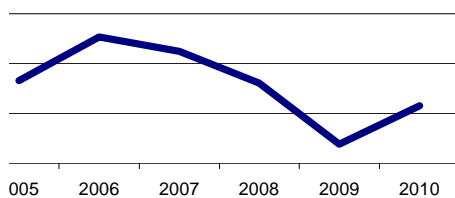
Itália



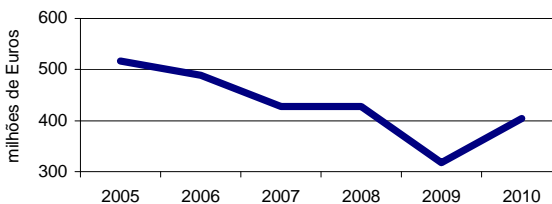
Países Baixos



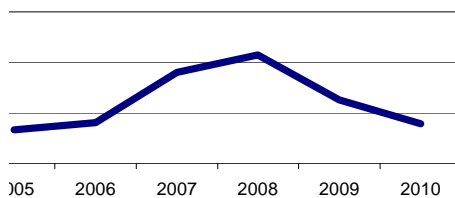
EUA



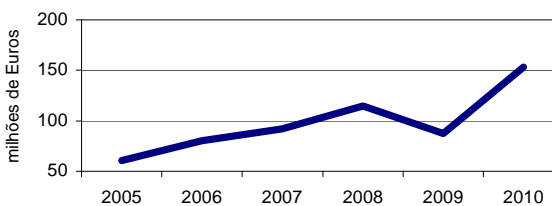
Bélgica



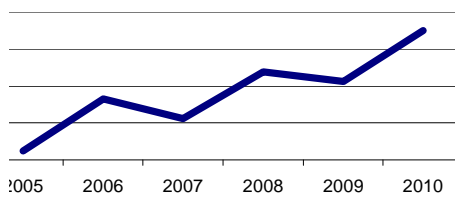
Suécia



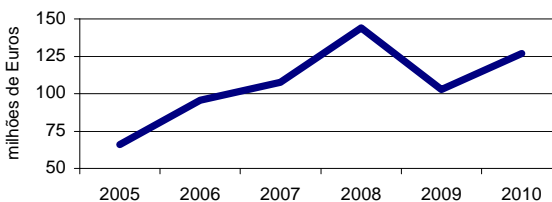
Brasil

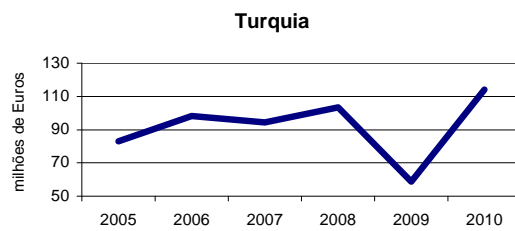
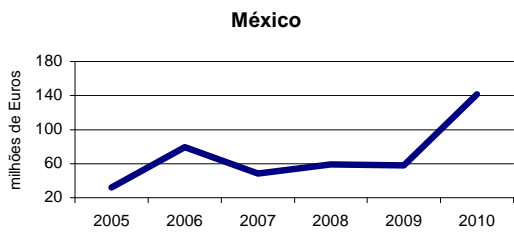
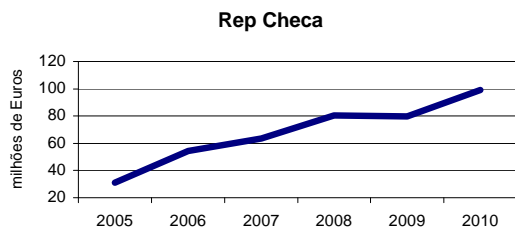
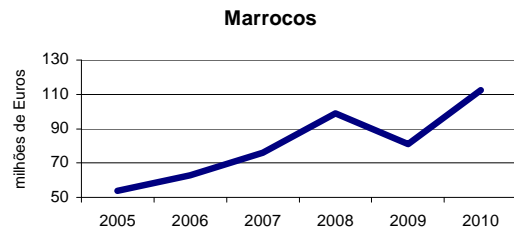
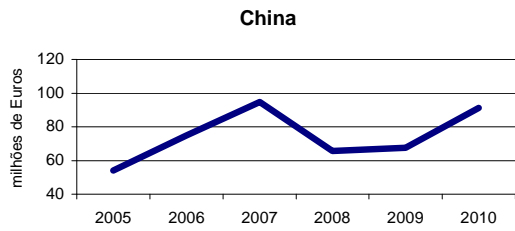
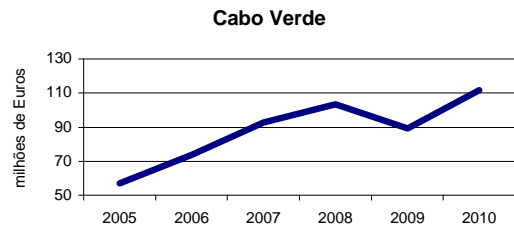
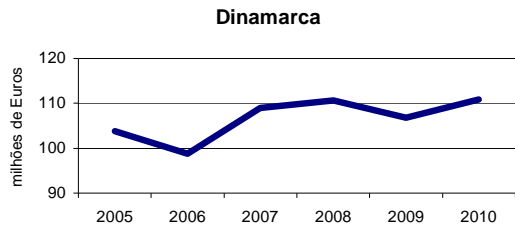


Suíça



Polónia





Iniciativas e Medidas Legislativas

1. INICIATIVAS

INICIATIVA	SUMÁRIO
Reprivatizações da EDP, GALP e BPN	O Conselho de Ministros de 5 de Agosto aprovou as condições de reprivatização do capital social da EDP-Energias de Portugal, S.A., da Galp Energia, SGPS, S.A. e do BPN – Banco Português de Negócios, S.A. As duas primeiras operações incluem a emissão de obrigações susceptíveis de permuta ou reembolso com acções representativas do respectivo capital social.
Fundo Social Europeu (FSE)	O Conselho de Ministros de 29 de Julho aprovou a simplificação do regime de concessão de apoios do Fundo Social Europeu, permitindo uma maior facilidade de acesso aos apoios co-financiados pelo FSE bem como a clarificação do regime jurídico associado a estes apoios.
II Plano para a Integração de Imigrantes	O II Plano para a Integração dos Imigrantes (2010-2013), aprovado em Conselho de Ministros de 12 de Agosto, prevê medidas em diferentes áreas de intervenção, nomeadamente ao nível do reconhecimento de qualificações, através da criação de um sistema de informação sobre os imigrantes qualificados e o aumento a rede de gabinetes de inserção profissional, da promoção da diversidade intercultural e do apoio ao imigrante idoso.
Acordo sobre troca de informações em matéria fiscal com St. Kitts and Nevis	O Estado Português assinou, em 29 de Julho, o Acordo sobre a Troca de Informações em Matéria Fiscal com o Governo de St. Kitts and Nevis. Baseado no Modelo de Acordo sobre a Troca de Informações em Matéria Fiscal da OCDE, este instrumento legal formaliza a troca de informações relevantes no combate à fraude e evasão fiscal entre as duas jurisdições.
Acordo sobre preços de análises clínicas	Em 2 de Agosto de 2010, o Ministério da Saúde e a Associação Nacional de Laboratórios Clínicos (ANL), a Associação Portuguesa de Analistas Clínicos (APAC) e a Associação Portuguesa dos Médicos Patologistas (Apomepa) assinaram um acordo com o objectivo de regular a política de preços das análises clínicas.
Acordo de Estabilização e de Associação entre as Comunidades Europeias e os seus membros, e a Sérvia	<p>Aprovação, em Conselho de Ministros de 29 de Julho, do Acordo de Estabilização e de Associação entre as Comunidades Europeias e os seus Estados-Membros, por um lado, e a República da Sérvia, por outro.</p> <p>Esta proposta contempla os seguintes elementos fundamentais: diálogo político com a Sérvia, aprofundamento da cooperação regional, incluindo disposições sobre a criação de zonas de comércio livre com os países da região.</p> <p>O acordo inclui, na área económica:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A perspectiva de estabelecimento de uma zona de comércio livre com a Sérvia, no prazo de 5 anos a partir da data de entrada em vigor; - Disposições em matéria de circulação de trabalhadores, liberdade de estabelecimento, prestação de serviços, pagamentos correntes e movimento de capitais; - Estabelece princípios de compromisso por parte da Sérvia de aproximar a sua legislação à da União Europeia. <p>A aprovação do acordo depende ainda de votação na Assembleia da República.</p>
Convenção sobre dupla tributação entre Portugal e o Koweit	<p>Aprovação, em Conselho de Ministros de 29 de Julho, da Convenção entre a República Portuguesa e o Estado do Koweit para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento.</p> <p>A aprovação da convenção depende ainda de votação na Assembleia da República.</p>

2. SELECÇÃO DE MEDIDAS LEGISLATIVAS

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p><i>Introdução de um regime de tributação das mais-valias mobiliárias, Alteração do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares e do Estatuto dos Benefícios Fiscais</i></p> <p>Lei n.º 15/2010 – I Série n.º 143, de 26/07</p>	<p>Introduz um regime de tributação das mais-valias mobiliárias à taxa de 20%, com regime de isenção para os pequenos investidores, alterando o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares e o Estatuto dos Benefícios Fiscais.</p>
<p><i>Simplificação do acesso ao exercício de actividades económicas</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 92/2010 – I Série n.º 143, de 26/07</p>	<p>Estabelece os princípios e regras necessárias à simplificação e agilização dos regimes de licenciamento e de condicionamentos prévios ao acesso e ao exercício de actividades económicas.</p>
<p><i>Medidas de eficiência e gestão da procura alternativas à construção e à exploração de novos centros electroprodutores</i></p> <p>Portaria n.º 592/2010 – Série I n.º 146, de 29/07</p>	<p>Estabelece as condições aplicáveis ao serviço de interruptibilidade, a prestar por um consumidor de electricidade ao operador da rede de transporte, bem como o regime retributivo do referido serviço e as penalizações associadas a eventuais incumprimentos, no sentido de harmonizar as condições de interruptibilidade no mercado ibérico.</p>
<p><i>Sistema Eléctrico Nacional</i></p> <p>Portaria n.º 596/2010 – Série I n.º 147, de 30/07</p>	<p>Aprova os regulamentos da Rede de Transporte e da Rede de Distribuição. A revisão destes regulamentos deve-se ao aumento muito significativo da produção de energia eléctrica de origem renovável.</p>
<p><i>Mini produção de electricidade</i></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 54/2010 – Série I n.º 150, de 04/08</p>	<p>Determina um conjunto de medidas que visam criar um enquadramento para a actividade de mini produção descentralizada de energia, de modo que esta forma de produção de energia constitua um significativo contributo para o cumprimento das metas estabelecidas na ENE 2020.</p>
<p><i>Criação do Conselho Nacional para a Economia Social</i></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 54/2010 – Série I n.º 150, de 04/08</p>	<p>Cria o Conselho Nacional para a Economia Social, órgão consultivo, de avaliação e de acompanhamento ao nível das estratégias e das propostas políticas nas questões ligadas à dinamização e ao crescimento da economia social.</p>
<p><i>Energia Reactiva</i></p> <p>Despacho n.º 12605/2010 – Série II n.º 150, de 04/08</p>	<p>A Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos aprova os factores multiplicativos a aplicar ao preço de referência de energia reactiva, por escalão de facturação de energia reactiva indutiva, relativo ao uso da rede de transporte e ao uso da rede de distribuição.</p>
<p><i>Alteração da taxa de imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos</i></p> <p>Portaria n.º 653/2010 – Série I n.º 155, de 11/08</p>	<p>No âmbito do Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC 2006) é alterada a taxa de imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos (ISP) aplicável ao gasóleo de aquecimento. A mudança vai no sentido da harmonização do nível de tributação do gasóleo de aquecimento com o do gasóleo rodoviário. O objectivo último é o da eficiência energética e redução dos consumos de produtos mais poluentes.</p>
<p><i>Programa de Estágios Profissionais</i></p> <p>Portaria n.º 681/2010 – Série I n.º 156, de 12/08</p>	<p>No seguimento de um conjunto de medidas adicionais ao Programa de Estabilidade e Crescimento 2010-2013, reduz o período de duração do programa de estágios de 12 para 9 meses.</p>
<p><i>Concessão à ValorCar</i></p> <p>Despacho n.º 13092/2010 – Série II n.º 157, de 13/08</p>	<p>Atribuí nova licença à VALORCAR – Sociedade de Gestão de Veículos em Fim de Vida, Lda, para exercer a actividade de gestão de veículos em fim de vida, enquanto entidade gestora do sistema integrado regulado pelo Decreto-Lei n.º 196/2003, de 23 de Agosto, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 64/2008, de 8 de Abril.</p>
<p><i>Extinção da Autoridade de Gestão do POCI</i></p> <p>Despacho n.º 13173/2010 – Série II n.º 158, de 16/08</p>	<p>Extingue a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Ciência e Inovação 2010 (POCI), com efeitos a 1 de Julho de 2010, passando a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Factores de Competitividade (POFC) a assumir as respectivas atribuições, direitos e obrigações.</p>
<p><i>Reprivatização do capital social da Galp Energia, SGPS, S.A.</i></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 57-A/2010 – Série I n.º 158, de 16/08</p>	<p>No âmbito do PEC 2010-2013, aprova as condições finais e concretas das operações necessárias à concretização da 5ª fase de reprivatização do capital social da Galp Energia, SGPS, S.A.</p>

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p><i>Energia Eléctrica e Mecânica e de calor útil produzidos em cogeração</i></p> <p><i>Lei n.º 19/2010 – Série I n.º 163, de 23/08</i></p>	<p>Primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao Decreto-Lei n.º 23/2010, de 25 de Março, que estabelece o regime jurídico e remuneratório aplicável à energia eléctrica e mecânica e de calor útil produzidos em cogeração, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2004/8/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de Fevereiro.</p>
<p><i>Coefficientes de desvalorização da moeda a aplicar aos bens e direitos alienados em 2010</i></p> <p><i>Portaria n.º 785/2010 – Série I n.º 163, de 23/08</i></p>	<p>Procede à actualização anual dos coeficientes de desvalorização da moeda para efeitos de correcção monetária dos valores de aquisição de determinados bens e direitos, previsto pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de Novembro e pelo Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de Novembro.</p>
<p><i>Reservas de Petróleo da ACG – Distribuição e Comércio de Gás, S.A.</i></p> <p><i>Portaria n.º 635/2010 – Série II n.º 164, de 24/08</i></p>	<p>Autoriza a ACG – Distribuição e Comércio de Gás, S.A., pelo prazo de 24 meses a substituir a obrigação de manutenção de reservas próprias de petróleo pelo pagamento do montante correspondente à EGREP, Entidade Gestora das Reservas Estratégicas de Produtos do Petróleo, E.P.E., por motivo de falta de capacidade de armazenagem própria em território nacional.</p>
<p><i>Reservas de Petróleo da PETRIN – Petróleos e Investimentos, S.A.</i></p> <p><i>Portaria n.º 636/2010 – Série II n.º 164, de 24/08</i></p>	<p>Autoriza a PETRIN – Petróleos e Investimentos, S.A., pelo prazo de 24 meses a substituir a obrigação de manutenção de reservas próprias de petróleo pelo pagamento do montante correspondente à EGREP, Entidade Gestora das Reservas Estratégicas de Produtos do Petróleo, E.P.E., por motivo de falta de capacidade de armazenagem própria em território nacional.</p>

Abreviaturas Utilizadas

